



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

Projeto e Construção por Mutirão da Associação dos Moradores do Quilombo Dom João

Arqt^a Me. Clara Passaro (USP) - Profissional Residente

Prof.^a Arqt.^a Me. Maria Teresa Do Espírito Santo (RAUE/UFBA) - Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Dezembro de 2016

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Arqt^a Me. Clara Passaro (USP) - Profissional Residente)

Prof.^a Arqt.^a Me. Maria Teresa Do Espírito Santo (RAUE/UFBA) - Tutora

Colaboração:

Daniela Maria Ponte Viana (Arquiteta e Urbanista, UFBA)

Me João Rodrigo Araújo Santana (Sociólogo, UFBA)

Marina Annes Duarte (Arquiteta e Urbanista, UFJF)

Sofia Beatriz do Nascimento Santos (Arquiteta e Urbanista, UFES)

Consultoria:

Prof^a Arqt.^a Dr.^a Maria Suzana Moura (RAU+E/UFBA)

Prof.^a Dr.^a Thais Troncon Rosa (PPGAU/UFBA)

Prof.^a Geógrafa Dr.^a Guiomar Inez Germani (POSGEO/UFBA)

Prof. Arqt.^o. Dr. Fábio Macedo Velame (RAU+E/UFBA)

Prof. Arqt.^o. Me. João Maurício S.Ramos (RAU+E/UFBA)

Arqt.^a Me. Paula Adelaide Mattos Santos Moreira (PPGAU/UFBA)

Prof. Eng.^o Dr. Luiz Roberto Santos Moraes (RAU+E/UFBA)

Maria da Conceição Pereira (Agente Pastoral do Conselho Pastoral dos Pescadores)

Maurício Correa (Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais)

Francine Cavalcanti (Superintendência de Patrimônio da União)

Prof. Dr. Miguel da Costa Accioly (Instituto de Biologia /UFBA)

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 22/11/2016

Local: Faculdade de Arquitetura da UFBA- Casinha

Residente: Clara Passaro

Título: Projeto e Construção por Mutirão da Associação de Moradores do Quilombo Dom João

Membros da Banca:

Tutora: Prof.^a Arqt.^a Me. Maria Teresa Do Espírito Santo (RAUE/UFBA).

Membro Interno: Prof.^a Arqt.^a Dr.^a Maria Suzana Moura (RAUE/UFBA).

Membro externo: Prof.^a Dr.^a Thais Troncon Rosa (PPGAU/UFBA) e Arqt.^a Me. Paula Adelaide Mattos Santos Moreira (PPGAU/UFBA).

Representantes da Comunidade:

Sr. Manuel Messias de Araújo (pescador, marisqueiro e segurança) e

Sr. José Américo Borges (pescador e marisqueiro)

AGRADECIMENTOS

Ao Quilombo Dom João, em primeiro lugar, por ter aberto suas casas, quintais, corações, experiências, saberes, braços e abraços pra esse projeto coletivo de amor, sinceridade, respeito, trocas, encontros e aprendizagem em vários níveis diferentes.

A todo mundo que se aproximou e se deixou envolver e encantar neste processo, deixando e levando contribuições, entendendo e respeitando, se propondo e participando dessa construção coletiva, mesmo dentro das incertezas, apostando na nossa boa intenção.

Insista em construir desde o amor

RESUMO

Este é um trabalho de Assessoria Técnica à comunidades tradicionais direcionado ao Quilombo Dom João, localizado no distrito de São Francisco do Conde, BA. Em meio a uma complexa conjuntura de conflitos de interesses e agentes envolvidos, vinculando Fazendeiros, Prefeitura, órgãos federais (SPU, INCRA, Fundação Palmares), órgãos estaduais (SEPROMI), associação de advogados (AATR), movimentos sociais (MPP) e assessorias (CPP), esta equipe de profissionais em formação vai de encontro aos quilombolas moradores de Dom João para desenvolver um trabalho experimentando metodologias que priorizam o “fazer junto com”. Como resultado de doze meses de trabalho, foram desenvolvidos quatro projetos de assessoria, visando fortalecer a luta da comunidade pelo acesso à terra que tem direito, respeitando o meio ambiente e as tradições, visando instrumentaliza-los para a gestão comum deste território que ocupam. São eles: Plano de Saneamento, Plano de Uso e Ocupação do Solo, Fortalecimento da Associação de Moradores e construção de sua Sede.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Gestão Comunitária, Quilombo, Instrumentalização, Fortalecimento, Construção por Mutirão, Sede da Associação de Moradores, Participação.

LISTA DE SIGLAS

- AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia.
- APP- Área de Preservação Permanente.
- CPP- Comissão Pastoral da Pesca.
- RAU+E- Residência de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.
- SPU- Superintendência do Patrimônio da União.
- TAUS- Termo de Autorização de Uso Sustentável.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1- Porto com acesso pela rua.	32
Foto 2- Barcos atracados nos fundos dos lotes	32
Foto 4- Vista da praça, residências e bar do Sabino.	33
Foto 3- Bar do Mica, residências,	33
Foto 5- Primeira visita ao Quilombo.	43
Foto 6- Rio Dom João.	43
Foto 7- Festa de comemoração pelo TAUS.	43
Foto 8- Vivência da equipe no rio.	43
Foto 10- Vista do Quilombo pelo rio.	44
Foto 9- Passeio de barco.	44
Foto 12- Participação dos moradores (Grupo 1).	46
Foto 11- Momento inicial da oficina.	46
Foto 13- Pescadores explicando o uso da	48
Foto 14- Grupos durante a oficina.	48
Foto 16- Vista de um ponto mais alto durante.	50
Foto 15- Caminhada pelo território.	50
Foto 17- Dinâmica inicial com a Sr. ^a Conceição da CPP.	51
Foto 18- Apresentação do resultado dos mapas.	51
Foto 20- Grupo 2 dialogando sobre os limites do território.	52

Foto 19- Grupo 1 dialogando sobre os limites.....	52
Foto 21- Momento da reunião.....	54
Foto 22- Momento de medição do terreno	54
Foto 23- Entrevista com Paraíba.....	55
Foto 24- Entrevista com dona Dalva e família.	55
Foto 26- Equipe do mutirão 1 construção.....	61
Foto 25- Mutirão 1 da construção.....	61
Foto 27- Reunião mutirão 2.....	62
Foto 28- Mutirão 2 construção da cobertura.....	62
Foto 29- Roda de mulheres.....	63
Foto 30- Roda de mulheres.....	63
Foto 32- Cobertura pronta para a Roda de mulheres.....	63
Foto 31- Muda do Baobá.....	63
Foto 34- Oficina no URBBA- momento diálogo.....	65
Foto 33- Oficina no URBBA.....	65
Foto 35- Festa de posse da nova gestão da Associação.....	66
Foto 36: Terreno onde se iniciaram as construções para a Sede da Associação.....	68
Foto 37: Terreno para a construção da Sede da Associação. Fonte: Acervo próprio.....	68
Foto 38: Levantamento do terreno.....	69
Foto 39: Imagem da oficina de mapeamento. Fonte: Acervo próprio.....	72
Foto 40: Imagem da oficina de mapeamento. Fonte: acervo próprio.....	72
Foto 41: Foto da grade de palha, feita pelos moradores. Fonte: acervo próprio.....	73
Foto 42: Foto do primeiro mutirão. Fonte: acervo próprio.....	73
Foto 43: Foto do painel com lembretes. Fonte: acervo próprio.....	74
Foto 44: Foto da cobertura enquanto acontecia a Roda de Mulheres. Fonte: acervo próprio.....	74
Mapa 1- Contexto regional do Quilombo Dom João.....	19
Mapa 2- Inserção regional do Quilombo e suas poligonais.....	21
Mapa 3- Meio ambiente no entorno do Quilombo.....	29
Mapa 4- Mapa síntese de usos no território.....	30
Mapa 5- Tipos de usos do solo do Quilombo.....	31
Mapa 6- Poligonal (linha vermelha) traçada na Oficina de Mapeamento 3.....	53

Gráfico 1- População por sexo.....	34
Gráfico 2- População por faixa etária.	35
Gráfico 3- Nível de alfabetização.	35
Gráfico 4- Grau de escolaridade.	36
Gráfico 5- População trabalhando.	36
Gráfico 6- Renda mensal por domicílio.....	37
Gráfico 7- Benefício de programas sociais por domicílio.	37
Gráfico 8- Material de construção predominante nas habitações.	38
Gráfico 9- Material predominante no telhado das habitações.	38
Gráfico 10- Condição da energia elétrica nos domicílios.....	39
Figura 1- Linha do tempo do Quilombo Dom João.....	22
Figura 2- Planta com dimensões ideais da Fossa de fermentação e corte da fossa enterrada.....	66
Figura 3- Cortes com dimensões ideais da Fossa de fermentação semienterrada.	66
Figura 4- Corte da caixa de gordura.	66
Figura 5- Funcionamento geral do tanque séptico.....	66
Figura 6- Vista superior e corte do círculo de bananeira.....	66
Figura 7- Esquema do círculo de bananeiras.	66
Figura 8- Exemplo de um filtro de areia para tratamento do efluente.....	66
Figura 9- Fossa bananeira.	66

SUMÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	1
LISTA DE SIGLAS.....	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
1. APRESENTAÇÃO	11
2. SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA.....	12
2.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E MARCOS LEGAIS	12
2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO	16
3. O QUILOMBO DOM JOÃO	19
3.1. Localização e Inserção Regional	19
3.2. HISTÓRICO DO QUILOMBO DOM JOÃO	22
3.2.1. Histórico da Ocupação.....	22
3.2.2. Histórico da Associação de Moradores - histórico de luta	27
3.3. O TERRITÓRIO.....	28
3.3.1. O Território Do Quilombo Dom João.....	28
3.3.2. Caracterização Socioeconômica e Perfil da Ocupação.....	33
4. METODOLOGIA DE TRABALHO	40
4.1. INTRODUÇÃO.....	40
4.2. APROXIMAÇÃO COM O QUILOMBO	42
4.2.1. Vivências Iniciais.....	42
4.3. Oficinas.....	44
4.3.1. Oficina 1 - Levantamento de Demandas.....	45
4.3.2. Oficina 2 - Levantamento de Demandas (Aprofundamento).....	47
4.3.3. Oficinas de Mapeamento	48
4.3.4. Oficina de Pactuação dos Projetos.....	53
4.4. A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO.....	55
4.4.1. As Reuniões com os Parceiros.....	56
5 CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS	58
5.1. SOBRE A ATUAÇÃO DA EQUIPE.....	58
5.2. OS PROJETOS ESPECÍFICOS	59
5.3. DESDOBRAMENTOS	60
5.3.1. Mutirões para construção da Cobertura temporária.....	60
5.3.2. Roda de mulheres e a plantação do Baobá	62
5.3.3. O Edital Para A Chamada Pública Do Ministério Do Meio Ambiente	64
5.3.4. A Oficina no URBBA 2016.....	64
5.3.5. Posse Da Nova Diretoria Da Associação Quilombola De Dom João.....	66

6 PROJETO E CONSTRUÇÃO POR MUTIRÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO DOM JOÃO	67
6.1 INTRODUÇÃO: Sobre o projeto-ação.....	67
6.2 A DEMANDA PELA CONSTRUÇÃO DA SEDE	68
6.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECIFICOS.....	69
6.4 A CONSTRUÇÃO DA COBERTURA TEMPORÁRIA	71
6.4.1. Perceber a demanda de um espaço para reuniões	71
6.4.2. O processo de mutirão para a construção da cobertura temporária	72
6.4.3. Desdobramentos: apropriações e conversas sobre o processo e eventos.	73
6.5 O PROJETO DA SEDE.....	74
6.5.1 O programa e partidos de projeto.....	74
6.5.2 Disponibilidade de material	75
6.5.3 Desenhos e detalhes	75
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXO 1 – DADOS ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	88
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO	92

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Especialização em Assistência Técnica-Habitação e Direto à Cidade da Universidade Federal da Bahia (Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia- RAU+E), no qual se formou uma equipe com cinco residentes, sendo quatro arquitetas e urbanistas e um sociólogo, para desenvolver projetos e atividades de assessoria técnica no Quilombo Dom João, localizado no município de São Francisco do Conde/BA.

Já era um desejo inicial da equipe trabalhar com comunidade tradicional e após uma aula no curso da Residência, qual o caso e as complexidades do Quilombo foram apresentados, decidimos conversar mais com quem já trabalhou no Quilombo Dom João para ter mais referências. Além disso, aos poucos nos aproximamos dos moradores do Quilombo para conhecê-los melhor e saber se eles aceitariam nossa atuação na localidade. O Quilombo Dom João acolheu muito bem a equipe de residentes. A interação entre comunidade e equipe foi bastante produtiva e positiva.

A atuação do grupo em campo durou aproximadamente um ano e se pode dividir basicamente em duas etapas que são representadas neste trabalho.

Na etapa coletiva, que durou mais tempo, a equipe trabalhou de forma conjunta para alcançar os objetivos desejados, finalizando na definição junto com comunidade de quais projetos cada integrante do grupo iria desenvolver.

Na etapa individual, que durou menos tempo, pois deveria atender ao calendário de encerramento da Residência, foram realizadas atividades no Quilombo para começar a aprofundar as propostas de cada residente, portanto, as propostas chegaram ao nível de estudo preliminar, e com indicações para continuidade do projeto, mesmo com o término do curso de especialização.

A proposta específica desenvolvida para esse trabalho trata sobre a questão do saneamento básico no Quilombo Dom João. São propostas de tecnologias apropriadas que podem ser aplicadas na comunidade a fim de prover melhorias no abastecimento de água, no manejo dos resíduos sólidos (lixo) e, principalmente, na destinação do esgoto sanitário das residências do Quilombo.

Todo o processo de desenvolvimento deste trabalho foi de grande aprendizado para mim enquanto profissional e enquanto ser humano, as trocas técnicas, políticas e simbólicas foram muito ricas, o que certamente valida o trabalho de assessoria técnica.

Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O saber se aprende com os mestres e livros. A sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes. O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada. Caminhando e semeando, sempre se terá o que colher.

Cora Coralina

2. SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA

2.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E MARCOS LEGAIS

O termo Quilombo aparece com algum destaque na legislação brasileira na Constituição Federal de 1988, que no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) define: “Aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 189).

A adição do artigo 68 da ADCT foi fruto de intensa mobilização dos movimentos negros urbanos e de comunidades negras rurais que, em meio aos debates da Assembleia Nacional Constituinte, conseguiram incluir esse pleito no texto constitucional. Essa foi, em verdade, a primeira vitória dos movimentos negros organizados na busca por fazer com que a redemocratização do Brasil representasse também o marco inicial para uma política reparatória por parte do Estado aos homens e mulheres egressos da escravidão. Ao passar dos anos outras vitórias vieram – o estabelecimento de ações afirmativas, aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – conquistas essas que, fruto de muito debate, foram perpassadas por avanços e recuos, representando, para alguns, vitórias parciais¹.

Não obstante, tais vitórias foram importantes, por outro lado, para consolidar a responsabilidade, urgente e inadiável, do Estado brasileiro implementar políticas de reparação racial. Tal mobilização teve como corolário a criação, no ano de 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), órgão com status ministerial, e nesse mesmo ano foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Decreto nº 4.886), bem como determinado a inclusão do estudo da história e da cultura afro-brasileira no currículo do ensino básico (Lei nº 10.639).

Em meio às várias políticas de reparação que começam a ser implantadas no século XXI, a questão Quilombola não poderia ser deixada de lado. A tarefa estaria em garantir uma série de direitos fundamentais que foram por mais de um século negados as comunidades Quilombolas e, principalmente, regulamentar o artigo 68 da ADCT e, de fato, garantir a propriedade das terras historicamente ocupadas pelas comunidades de Quilombos. É assim que em 2003 a Presidência da República assina o Decreto nº 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das

¹ Para uma melhor análise dessa avaliação do Estatuto ver SILVA, Tatiana Dias. *O Estatuto da Igualdade Racial: Texto para Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, Fevereiro de 2012.

² O número de comunidades que se autodefiniram como Quilombola é maior do que o número de certidões emitidas pois,

comunidades dos Quilombos. Tal Decreto define os “remanescentes das comunidades dos Quilombos” nos seguintes termos: “grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). E estabelece que caberia ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a tarefa de regularizar as terras ocupadas pelas comunidades Quilombolas. Uma vez publicado o Decreto, caberia ao INCRA regulamentar os procedimentos para a regularização dos territórios Quilombolas, o que fora feito por meio do estabelecimento de Instruções Normativas. Várias Instruções foram publicadas entre os anos de 2004 a 2009, apresentando avanços e recuos, até se chegar a Instrução Normativa de número 57, atualmente utilizada para regularização dos territórios Quilombolas.

O Decreto nº 4.887/2003 determina ainda as atribuições da Fundação Cultural Palmares, no que tange a titulação dos territórios Quilombolas. O parágrafo 4º do art. 3º do referido Decreto estabelece que fica à cargo da Fundação Cultural Palmares o registro, em cadastro geral, das declarações de autodefinição étnica das comunidades Quilombolas, cabendo ainda à Fundação a expedição das respectivas certidões. Ainda segundo o Decreto (artigo 2º, § 1º) o critério da autodefinição é o requisito fundamental para a identificação das comunidades Quilombolas, atendendo ao que está disposto na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Ratificada e promulgada pelo Brasil em 2004, a Convenção 169 da OIT tem força de lei e é válida em todo o território nacional. O artigo 1º, § 2º da Convenção assevera que: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção” (Organização Internacional do Trabalho, 2011, p. 15).

Como forma de instruir o processo de emissão das certidões de autodefinição das comunidades Quilombolas, a Fundação Cultural Palmares publica, em 26 de novembro de 2007, a Portaria nº 98, na qual estabelece os procedimentos legais a serem seguidos para o registro das declarações e emissão das certidões de autodefinição enquanto comunidade Quilombola.

Até os dias de hoje, a Fundação Cultural Palmares emitiu 2.401 certidões de auto definição, que reconheceram 2.849 comunidades Quilombolas em todo o Brasil². Na Bahia, 718 comunidades se autoreconhecem como Quilombolas, e nesse Estado a Fundação Cultural Palmares emitiu, até o

² O número de comunidades que se autodefiniram como Quilombola é maior do que o número de certidões emitidas pois, em muitos casos, uma mesma certidão reconhece como Quilombola mais de uma comunidade.

presente, 597 certidões de autodefinição. Os dados indicam, portanto, que mais de 25% das comunidades Quilombolas do Brasil estão localizadas na Bahia³.

Ficou a cargo da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) a coordenação do Programa Brasil Quilombola, que tem por objetivo consolidar os marcos das políticas de Estado para as áreas Quilombolas⁴. Lançado em 12 de março de 2004, o Programa é executado por quatro pastas ministeriais – a então SEPPIR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação – e tem quatro eixos de ação: acesso à terra; desenvolvimento local e inclusão produtiva; infraestrutura e qualidade de vida; direitos e cidadania.

Dados do diagnóstico do Programa Brasil Quilombola de julho de 2012 mostram o tamanho do desafio que tem o Estado para garantir direitos fundamentais para as comunidades Quilombolas. Estima-se que existam 214 mil famílias Quilombolas em todo o Brasil e 1,17 milhão de Quilombolas; 78% das famílias Quilombolas – das comunidades reconhecidas pelo Estado brasileiro – são beneficiárias do Bolsa Família e 75,6% das famílias Quilombolas estão em situação de extrema pobreza; 23,5% dos Quilombolas não sabem ler, dado preocupante, uma vez que a média nacional, de acordo com o Censo 2010, é de 9%. Ademais “Ao se analisar o universo das escolas cadastradas como Quilombolas no Censo Escolar, pode-se perceber a pequena incidência de escolas que possuem séries para além do quinto ano, ou quarta série. A cobertura da Educação para Jovens e Adultos também é pequena” (SEPPIR, 2012, p. 25).

Ainda segundo esse diagnóstico, 63% dos domicílios possuem piso de terra batida; 62% não possuem água canalizada; 36% não possuem banheiro ou sanitário; 76% não possuem esgotamento sanitário adequado (28% possuem esgoto a céu aberto e 48% fossa rudimentar); 58% queimam ou enterram o lixo no território; e apenas 20% possuem coleta adequada; 78,4% possuem energia elétrica. Situação que reflete o histórico processo de abandono por parte do Estado das comunidades negras rurais durante todo o século XX. Ainda segundo a SEPPIR, “o perfil produtivo das comunidades Quilombolas é eminentemente agrícola. A produção agrícola é desenvolvida em 94% das comunidades pesquisadas na Chamada Nutricional Quilombola (2008), seguida pela criação de animais (56%) e pela pesca (32%)” (SEPPIR, 2012, p. 25).

³ Dados da Fundação Cultural Palmares, informações atualizadas até 20/05/2016; Ver Quadro geral de comunidades remanescentes de Quilombos (CRQs). Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

⁴ Como desdobramento do Programa Brasil Quilombola, foi instituída em 2007 a Agenda Social Quilombola, por meio do Decreto nº 6.261/2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades quilombolas em várias áreas.

Outro desafio está em aplicar com plena eficácia os recursos destinados às comunidades Quilombolas. O Programa Brasil Quilombola teve uma execução orçamentária, em 2010, de apenas 60%. Nesse ano, a então SEPPIR aplicou 72,8% dos recursos destinados ao Programa; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 55%; Ministério da Saúde, 100%; e o então Ministério da Educação, 98%. Ou seja, apenas o MDA e o MEC obtiveram excelência na execução orçamentária, enquanto que a SEPPIR e o MDA precisam melhorar o desempenho nessa questão. A propósito, a maior parte dos recursos destinados ao Programa Brasil Quilombola provém do MDA, e são destinados, em grande medida, para a política de regularização fundiária dos territórios Quilombolas. Logo, conclui-se que é justamente a política de regularização fundiária a mais prejudicada com a baixa execução orçamentária do Programa Brasil Quilombola. Em 2010 foram executados apenas 59% dos recursos destinados a essa política, e esse é certamente um dos fatores responsáveis pelo número reduzido de titulações de territórios Quilombolas, realizadas pelo INCRA, desde o ano de 2003, quando foi publicado o Decreto nº 4.887. Até o ano de 2015 o INCRA realizou apenas 30 titulações de territórios Quilombolas, o que corresponde a 1,96% do total de processos de regularização fundiária abertos no Instituto⁵.

Se a nível nacional os números acerca da titulação dos territórios Quilombolas não são animadores, no Estado da Bahia o quadro não é também dos melhores. Até o momento, ano de 2016, 18 comunidades Quilombolas foram tituladas no Estado da Bahia⁶. Estes dados por si só são alarmantes, pois num universo de 718 comunidades remanescentes de Quilombos certificadas na Bahia, apenas 2,5% estão tituladas, não obstante o artigo 51 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado da Bahia, de 1989, estabelecer que “o Estado executará, no prazo de um ano, a identificação, discriminação e titulação das suas terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de Quilombos” (BAHIA, 1989). Na superintendência do INCRA na Bahia, dos 268 processos de regularização abertos, apenas 28 (10,44%) estão em andamento⁷, e até os dias de hoje, o órgão realizou apenas duas titulações de territórios Quilombolas na Bahia.

Com vistas a regulamentar o texto constitucional estadual, o Governo da Bahia publicou o Decreto de nº 11.850, de 23 de novembro de 2009, que “Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras

⁵ Fonte: INCRA. Andamento dos processos Quilombolas: quadro geral. Atualizado em 08/12/15. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-Quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

⁶ Fonte: cruzamento de dados envolvendo informações do INCRA, da Comissão Pró-Índio de São Paulo (Terras tituladas por UF: BA. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/uf_detalhes.aspx?UF=BA&terra=t>. Acesso em: 29 jun. 2016); e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (dados coletados no próprio órgão, em junho de 2016).

⁷ Fonte: INCRA. Andamento dos processos Quilombolas: quadro geral. Atualizado em 08/12/15. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-Quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades” (BAHIA, 2009). A política estadual para comunidades remanescentes de Quilombos caracteriza-se por um conjunto de ações e atividades intersetoriais, e visa promover dois objetivos principais: o acesso às políticas públicas sociais e de infraestrutura, e a realização de Ações Discriminatórias Administrativas Rurais, como instrumento para a titulação das terras devolutas estaduais ocupadas pelas comunidades Quilombolas. Ainda segundo o Decreto, a política estadual para Quilombos seria implementada com base nos PLANSEAS (Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentáveis).

Acerca da situação socioeconômica das comunidades Quilombolas do Estado da Bahia, não se sabe muito a respeito por não existir nenhum material sistematizado que analise a questão. Na ausência da consolidação dos PLANSEAS, o Estado (e a sociedade) sofrem com a falta de informações sistematizadas sobre as comunidades Quilombolas da Bahia, que poderiam orientar a implementação de políticas sociais. Essa ausência de informações é certamente um dos motivos para a falta de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal no que tange a implementação de políticas públicas para as comunidades Quilombolas.

2.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO

O termo comunidades tradicionais é recente, surgiu a partir da criação das Unidades de Conservação por parte do IBAMA, como forma de designar as comunidades que já existiam nessas áreas. Segundo o antropólogo Paul Little, aspecto fundamental que diferencia as comunidades tradicionais é o uso específico que fazem da terra e do território. Nesse sentido, o autor propõe o conceito de “grupos sociais fundiariamente diferenciados da sociedade brasileira” para definir as comunidades tradicionais (LITTLE, 2002).

Outro aspecto diferenciador seria a existência de um saber e de uma tecnologia “tradicionais”. Tais comunidades utilizam tecnologias, geralmente, não mecanizadas e de baixo impacto ambiental, nas quais a atividade produtiva é exercida em harmonia com o meio ambiente. Geralmente, em comunidades que comportam essas características, predomina uma visão holística de mundo, a partir da qual é impossível separar a esfera produtiva das outras dimensões da vida social. Ainda segundo Paul Little, indígenas, Quilombolas e extrativistas (bem como seringueiros, castanheiros, babaqueiros e pescadores) caracterizam-se por um regime de propriedade comum, ou seja, a terra e as riquezas naturais são bens que pertencem a coletividade. Não existe nessas sociedades/comunidades a noção de propriedade privada, tal como existe na sociedade moderna capitalista.

A categoria *lugar* é também fundamental para as comunidades tradicionais. Ela se refere aos vínculos sociais, simbólicos, rituais e afetivos que esses grupos mantêm com o território que ocupam. É justamente a existência desses vínculos que transformam o *espaço* ocupado pela comunidade em *lugar*. *Lugar*, portanto, indica o espaço concreto e habitado pelo grupo, espaço esse que, uma vez habitado, está permeado e atravessado por valores afetivos. A existência de lugares sagrados no território da comunidade é um dos fatores que confere sacralidade e simbologia ao território ocupado. “A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não” (LITTLE, 2002, p. 10). Segundo o autor, os povos tradicionais têm uma “razão histórica” que confere direito e legitimidade aos seus territórios, e essa “razão histórica” se assenta em: “regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva” (LITTLE, 2002, p. 22).

Entende-se que a existência e reprodução do modo de vida de comunidades tradicionais está estreitamente vinculada a territórios preservados ambientalmente, visto que são comunidades que utilizam o espaço e as riquezas naturais ali presentes para subsistência, sendo a proximidade com os mesmos seu requisito vital. São, por conseguinte, as maiores interessadas na preservação ambiental, possuindo saberes específicos de manejo de espécies e riquezas naturais, possibilitando atividades de extrativismo de forma harmônica com a natureza.

Ainda assim, as comunidades tradicionais não são efetivamente consideradas na elaboração de legislações de preservação ambiental, que acabam por desconsiderar quaisquer contribuições que as mesmas poderiam dar, além de dificultar sua permanência em seus territórios, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. Há, assim, um conflito entre as legislações vigentes, tendo por um lado, restrições em relação a ocupação de APPs, e por outro a garantia dos direitos de comunidades tradicionais de permanecerem em seus territórios.

O Decreto nº 4.887/2003, principal instrumento institucionalizado dos direitos Quilombolas, dispõe em seu art. 11, que:

Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado (BRASIL, 2003, p.XX).

Vale pontuar que a legislação ambiental brasileira autoriza a permanência de comunidades tradicionais em áreas de preservação permanente, desde que estas constituam planos de manejo

adequados. Segundo Edésio Fernandes, existe um falso conflito entre o direito à moradia e a preservação de áreas de riqueza ambiental:

É necessária a formulação de uma política de preservação e conservação adequada, devidamente territorializada, com estratégias de manejo e monitoramento. (...) Trata-se de tarefa pragmática que requer o máximo de mitigação e compensação de danos ambientais, mas com remoção da população apenas em casos extremos e com alternativas aceitáveis (FERNANDES, 2010, p. 67).

3. O QUILOMBO DOM JOÃO

3.1. LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

O Quilombo Dom João localiza-se na zona rural de São Francisco do Conde, a 4km da sede, com fácil acesso por meio de saída direta da BA 522. São Francisco do Conde é um município do Recôncavo Baiano com cerca de 40.000 habitantes, e uma área de 269,607km² (IBGE, 2015) de muita mata atlântica e manguezais (Mapa 1). O marco inicial de fundação do município é representado pela construção no alto de um monte de uma igreja e de um convento, em 1618. Anos depois, em 1698, é fundada a cidade de São Francisco do Conde, cujo nome homenageia o padroeiro da cidade, São Francisco de Assis, e o conde Fernão Rodrigues.

Mapa 1- Contexto regional do Quilombo Dom João.



Fonte: elaboração própria; GeografAR; SPU.

São Francisco do Conde localiza-se na Região Metropolitana de Salvador, com grande influência da capital baiana. O Quilombo Dom João insere-se nesta dinâmica, tendo Salvador como referência para serviços especializados, atendimentos médicos, vendas de pescados, entre outros. Além disso, a sede de São Francisco do Conde também se coloca como importante centro de comércio e serviços para o Quilombo, onde muitos moradores possuem ou possuíram relações de trabalho, onde se encontram as estruturas de serviços diversos utilizados pelos moradores do Quilombo, assim como a Colônia de Pescadores a qual são vinculados. Candeias, município vizinho também exerce forte influência sobre o Quilombo, sendo o principal local de baldeações de transportes para outras localidades.

São Francisco do Conde é um município economicamente rico devido principalmente à exploração do petróleo na região, contudo, essa riqueza não é adequadamente distribuída, de modo que há uma alta concentração de terras e de renda no Município.

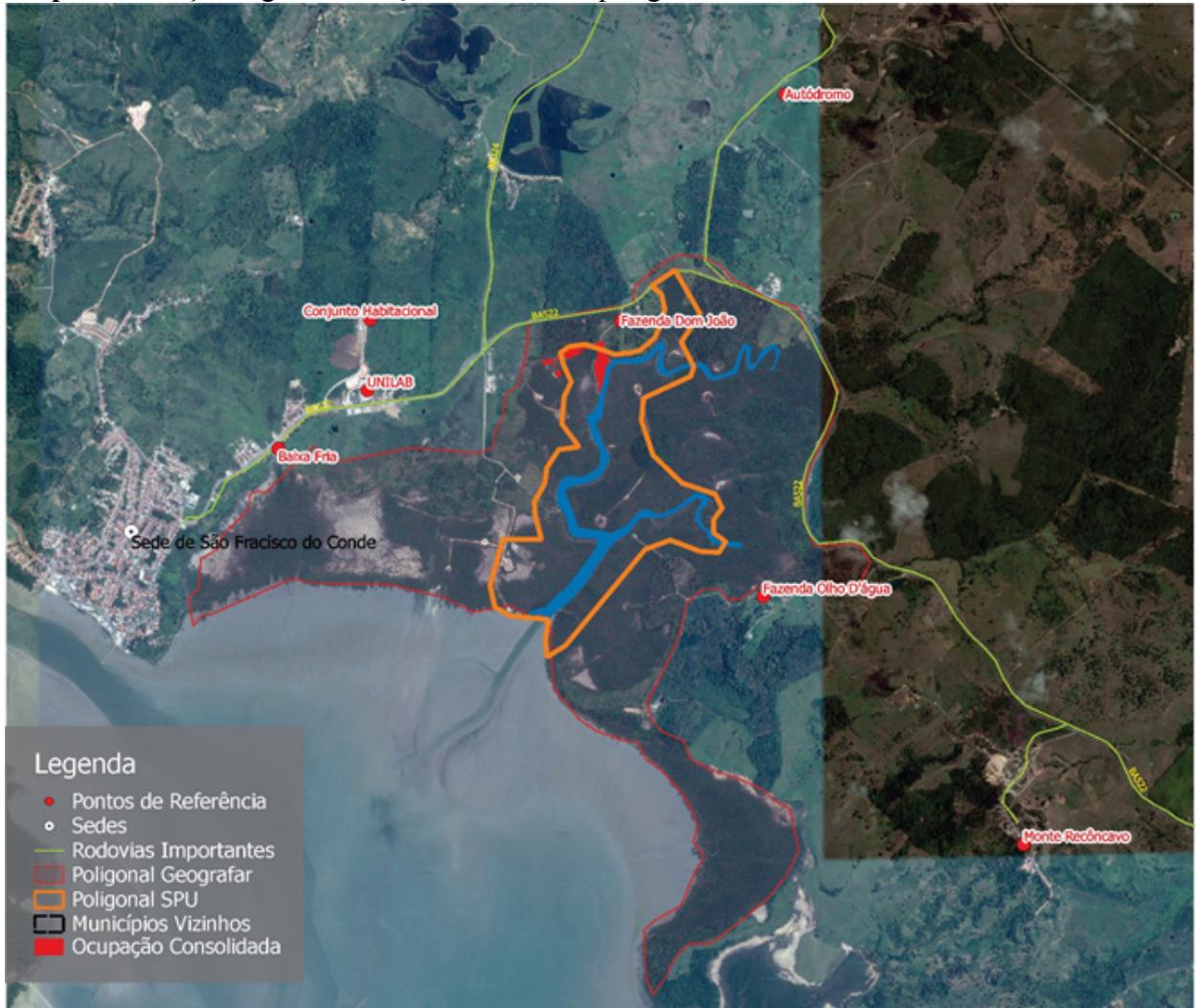
Para ilustrar estes fatos, pode-se verificar o alto valor do PIB do Município, que ocupa de acordo com o IBGE (2012) o 14º lugar no Estado. Relacionando este dado com seu número de habitantes, conclui-se que o PIB *per capita* de São Francisco do Conde era o segundo maior da Bahia em 2012, com R\$61.406,66 (GEOGRAFAR, 2015). Entretanto, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Município ocupava em 2010 a 25ª posição no Estado, com o que aponta uma grande desigualdade social. Paralelamente a isto, vale ainda destacar o Índice de Gini, utilizado para medir a distribuição de terras, que em 2006, apontava o valor de 0,983, o que indica quase concentração absoluta.

O Quilombo possui atualmente cerca de 50 famílias e está localizado às margens do Rio Dom João, em uma região de mangue, o que facilita sua comunicação com outras comunidades pesqueiras e municípios localizados no Recôncavo. Sua localização estratégica, entre o mangue e as estradas estadual (BA 522) e federal (BR 341), coloca-o como ponto de apoio para pescadores de outras comunidades, sendo as casas dos moradores de Dom João locais de descanso, dormitório, armazenamento de instrumentos de pesca, além de locais de vendas de pescados e mariscos. Há inclusive uma edificação para dormitório de pescadores do Quilombo Monte Recôncavo, localizado também no Município de São Francisco do Conde. Vale destacar que dentre os pescadores e marisqueiras que se utilizam das redondezas do Quilombo, estão também integrantes das famílias que foram removidas e reassentadas no conjunto habitacional.

No Mapa 2 é mostrada a área de ocupação consolidada do Quilombo Dom João, apontando/espacializando algumas referências importantes para o dia a dia da comunidade, como a

Sede do Município de São Francisco do Conde, o bairro Baixa Fria (onde fica igreja, escola, posto de saúde que os moradores do Quilombo frequentam), o conjunto habitacional (onde algumas famílias do Quilombo foram reassentadas), o autódromo, as fazendas próximas e o Quilombo Monte Recôncavo.

Mapa 2- Inserção regional do Quilombo e suas poligonais.

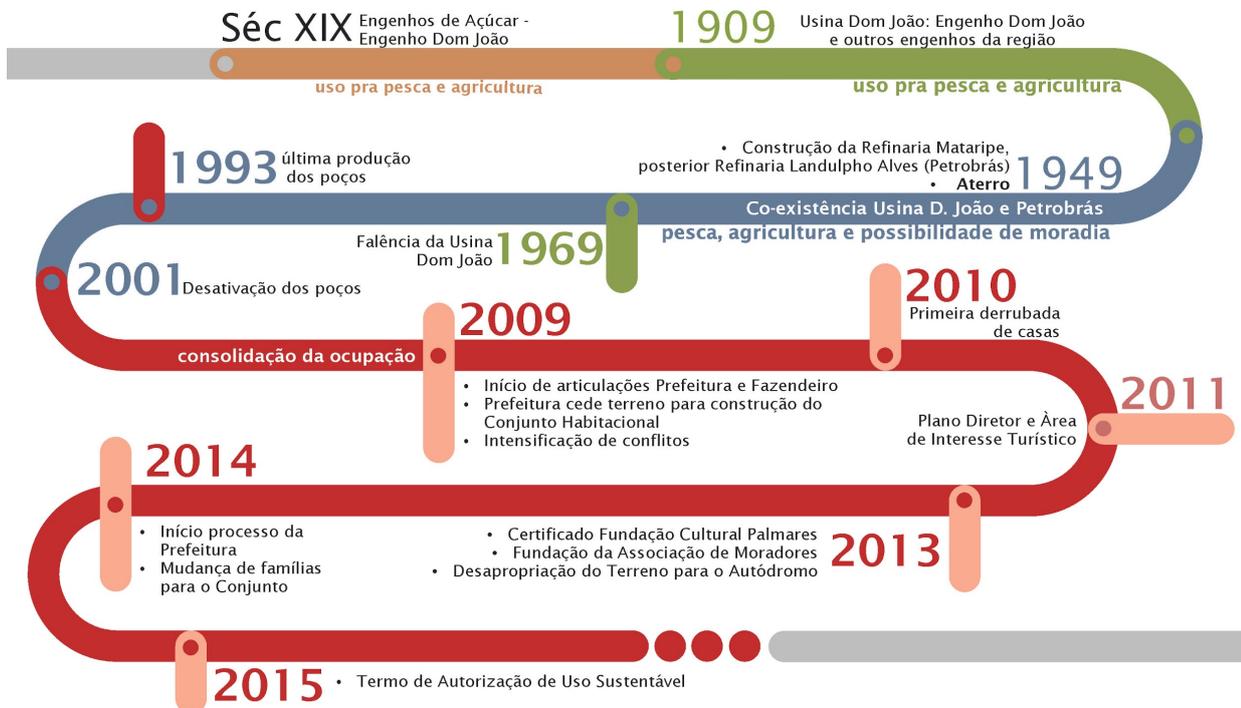


Fonte: elaboração própria; GeografAR; SPU.

3.2. HISTÓRICO DO QUILOMBO DOM JOÃO

3.2.1. Histórico da Ocupação

Figura 1- Linha do tempo do Quilombo Dom João.



Fonte: elaboração própria; GeografAR (2015).

No município de São Francisco do Conde, até o momento, duas comunidades se reconheceram como comunidades Quilombolas: Monte Recôncavo e Dom João. Os quilombolas de Dom João contam que a área que ocupam hoje era anteriormente utilizada pelos ancestrais das suas famílias. Estes moravam e trabalhavam nas fazendas e usinas da região (Usina Dom João, Fazenda Engenho D'água, Fazenda Engenho de Baixo, dentre outras) e iam à atual região do Quilombo para pescar, mariscar e plantar pequenas roças. A área do Quilombo, portanto, era onde, ainda no tempo da escravidão, e mesmo após a abolição, os escravos, ex-escravos e seus descendentes buscavam formas autônomas de vida.

O histórico de formação do Quilombo Dom João é mostrado de forma resumida na Linha do tempo do Quilombo (Figura 1) e a seguir seguem dados e informações mais detalhadas sobre este processo.

O fim do século XIX e o entremeio do século XX foram dois momentos de intensa migração da população negra rural, resultado primeiramente do fim da escravidão, em 1888, e do processo de mecanização das lavouras e modificação das relações de trabalho, em razão da consolidação das leis trabalhistas, fatores esses que promoveram a expulsão dos negros das fazendas e engenhos nos quais moravam e trabalhavam, já em meados do século XX. Podemos imaginar que para a população negra rural de São Francisco do Conde o abandono das fazendas era um momento dramático, dada a dificuldade que tinham para obter uma área de terra na qual pudessem plantar e viver. O índice de concentração fundiária deste município é alto, ou seja, poucas pessoas são donas de grandes áreas de terras. Este fato resultou na indisponibilidade de áreas devolutas das quais a população negra pudesse se apossar. As áreas de mangue eram, muitas vezes, as únicas que estavam disponíveis para os negros de São Francisco do Conde tentarem sobreviver.

Com a descoberta da existência de petróleo na região e a chegada da Petrobrás para a exploração do mesmo, houve uma modificação na dinâmica da ocupação da área pela comunidade. A Petrobrás, ao começar a exploração em São Francisco do Conde, perfurou poços na região do Quilombo de Dom João, promovendo uma série de aterros nas áreas de mangue para possibilitar a extração do petróleo. Justamente essas áreas aterradas é que foram ocupadas pelos quilombolas de Dom João, que ali construíram suas casas nas quais habitam até hoje. Ainda durante a presença da Petrobrás na região, algumas famílias já haviam construído suas casas nas áreas aterradas, contudo essa ocupação intensificou-se quando a Petrobrás diminuiu a exploração de petróleo na região, até encerrar suas atividades no ano de 1993. O grupo GeografAR analisa bem esse processo de formação da comunidade de Dom João:

Entende-se que foi a circulação e não a territorialização (a fixação), o elemento definidor do processo de constituição da Comunidade Quilombola Porto de Dom João. (...) A atual população de Porto de Dom João não nasce territorializada (fixada) no ponto que reivindicam, mas como comunidade foi neste ponto, de uso e circulação de seus ancestrais enquanto ponto de encontro, de produção e de pesca, de comercialização e de armazenamento de material de trabalho, como complementação das atividades que desenvolviam nas fazendas, que fazia este espaço familiar e foi aí que se congregaram num momento posterior. (...) Na medida em que as fazendas foram substituindo suas formas de produção foram sendo alteradas as relações de trabalho, bem como os limites para uso de suas áreas. O resultado deste processo foi a expulsão dos mais velhos das fazendas e a impossibilidade da complementação de renda através das pequenas roças que os trabalhadores faziam no quintal de suas casas. Em função disto, a fixação destes trabalhadores na área de Porto de Dom João vai se materializando, aumenta-se a dependência econômica das atividades da pesca e da mariscagem e, se estabelecem pequenas roças no lugar (GeografAR, 2015, p. 52-53).

O processo de territorialização da comunidade de Dom João só pode ser compreendido à luz dos efeitos que os ciclos econômicos do açúcar e do petróleo promoveram na região. Vale lembrar que

São Francisco do Conde, ao lado de municípios como Santo Amaro, Terra Nova e Cachoeira, constituía-se na primeira metade do século XX como um dos principais centros produtores de açúcar da Bahia. Até o ano 1969, funcionou em São Francisco do Conde a Usina Dom João, grande complexo voltado para a produção de açúcar. A Usina Dom João empregava grande número de trabalhadores, alocados principalmente no plantio e na colheita da cana, e detinha grandes extensões de terra voltadas quase que exclusivamente para esse plantio. O professor Lívio Sansone lembra que “o único mercado e o único cinema do município se encontravam no complexo da Usina Dom João” (SANSONE, 2005, p. 241). Para se ter uma ideia da importância que a Usina Dom João tinha para a vida social da época – primeira metade do XX – vale observar, ainda com o professor Sansone, que:

As narrativas em torno do lazer e religiosidade dos informantes mais velhos remetem a grupos culturais ligados ao terreiro de candomblé que se localizava no interior da Fazenda D. João, sendo um lugar comum das festas, para os moradores do local. A vida cultural se construía em torno das casas de santo: grupos de samba, reisados e carurus” (SANSONE, 2005, p. 245).

A conformação da comunidade Quilombola de Dom João está estreitamente conectada ao processo de desmonte deste complexo usineiro, que declara falência no ano de 1969. Dois anos depois, em 1971, suas terras vão a leilão. Neste, várias fazendas pertencentes ao complexo da Usina são arrematadas por diferentes pessoas, sendo que a sede da Usina e a fazenda Conquista são arrematadas pelo dono da Fazenda Dom João. A partir de então se inicia um período qualificado pelos trabalhadores que viveram essa época como o “tempo da perseguição”, quando o fazendeiro da Fazenda Dom João começa a realizar uma série de ações visando a expulsão dos trabalhadores que ainda permaneciam morando nas terras da antiga Usina Dom João.

Se aos olhos do fazendeiro aqueles trabalhadores e suas famílias eram pessoas que estavam ocupando irregularmente uma área de terra, uma vez que esta foi legalmente adquirida por meio de leilão, para os trabalhadores a permanência era uma forma de resistência, já que quando a Usina Dom João encerrou suas atividades em 1969 ela o fez deixando salários atrasados e não realizando o pagamento de nenhum direito trabalhista aos lavradores. Estes permaneceram na terra como forma de reivindicar seus direitos. “A Usina Dom João faliu deixando um contingente de homens e mulheres (...) com salários vencidos, à espera de uma decisão judicial que reparasse os danos sofridos” (AMORIM, 2008, p. 11). Contudo, mesmo as terras indo a leilão, o dinheiro que foi arrecadado não foi destinado ao pagamento dos trabalhadores. Com o fechamento da Usina os trabalhadores vivenciaram a difícil opção entre ir tentar a vida em outras terras ou municípios – uma opção sempre difícil, dada a indisponibilidade de terras e a pouca qualificação para o trabalho destes lavradores – ou permanecer nas terras onde estavam, já que ali tinham moradia e uma pequena roça. Para muitos, o permanecer

significou, ao mesmo tempo, resistência e necessidade. Além de ameaças, violências e coações utilizadas pelo dono da Fazenda Dom João na tentativa de retirar os trabalhadores da Usina Dom João das agora “suas terras”, o fazendeiro utilizou também algumas artimanhas, dentre essas, a celebração de determinados acordos nem sempre “éticos” com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde.

Em 1982, após diversas tentativas de despejos, a Prefeitura de São Francisco do Conde interferiu no conflito, e, através de uma parceria com José Falcão, construiu casas num pequeno loteamento denominado Nova Esperança, conhecido popularmente como ‘Aldeia’. O loteamento está localizado em São Francisco do Conde, e nele residem cerca de quarenta famílias. Em 1982, cerca de 10 famílias da Usina Dom João, transferiram-se para a nova moradia, e conforme os depoimentos, as casas estavam em condições precárias (AMORIM, 2008, p. 37-38).

Não obstante essa tentativa, muitas famílias continuaram morando e trabalhando nas terras da antiga Usina, de modo que esse conflito envolvendo o dono da Fazenda Dom João e os trabalhadores adentra o século XXI, e está no cerne para entendermos a conformação da comunidade Quilombola de Dom João.

Se a memória dos trabalhadores da Usina situam o “tempo da perseguição” a partir da década de 1970, quando o dono da Fazenda Dom João arremata as terras da Usina em leilão, os Quilombolas de Dom João demarcam outro “tempo da perseguição”, este a partir dos anos 2000. Segundo eles, é quando se inicia uma série de ações coordenadas entre a Prefeitura de São Francisco do Conde e o dono da Fazenda Dom João para a retirada dos moradores situados não somente nas terras da antiga Usina, mas também no seu entorno, nas áreas de mangue e aterro nas quais se situa hoje o Quilombo Dom João. Tais ações se intensificam no ano de 2009, quando a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, por meio da sua Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca realiza uma série de visitas a comunidade de Dom João, e atesta em seus relatórios que tal comunidade habita uma Área de Preservação Permanente (APP), e que portanto, as famílias ali residentes deveriam ser reassentadas. Tal conclusão é endossada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA), que também recomenda a reassentamento das famílias. Dessa forma, ainda em 2009, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde realiza, de forma truculenta, a derrubada de várias casas na comunidade de Dom João, incluindo a derrubada de um terreiro de candomblé. Os quilombolas de Dom João relatam que já nessa época ouviam rumores de que a Prefeitura planejava o completo reassentamento das famílias de Dom João para um conjunto habitacional a ser construído, e se falava também que a prefeitura e o fazendeiro da Fazenda Dom João tinham planos de atrair empreendimentos turísticos para aquela região.

Não obstante, os rumores se tornam evidentes no ano seguinte, quando, na edição de 2 de junho do Diário Oficial do Município, vemos a publicização de uma parceria entre a Prefeitura e o referido fazendeiro, na qual consta que este doou a municipalidade um terreno para a construção de “50 (cinquenta) unidades habitacionais no local destinadas a serem entregues aos moradores da Fazenda Dom João, da Comunidade Dom João e Porto Dom João”⁸. Vemos então que mais uma vez, repetindo o que ocorreu em 1982, Prefeitura e o dono da Fazenda Dom João se associam numa nova empreitada para a remoção dos quilombolas das terras que habitam. Desta vez, o fazendeiro doou um terreno, e a Prefeitura ficou com a responsabilidade de construir as unidades habitacionais. Contudo vemos sensíveis diferenças entre as ações operadas em 1982 e 2009-2010. O foco da remoção não era mais tão somente os que residiam nas terras arrematadas pelo dono da Fazenda Dom João, mas também aqueles que habitavam o seu entorno e passaram a ocupar as áreas de aterro da Petrobrás. Vemos também outra postura por parte da Prefeitura, não mais como um agente que colabora com o fazendeiro em atendimento a uma demanda pessoal deste, mas como um agente interessado e empenhado no reassentamento dos quilombolas de Dom João. As razões desse interesse vêm à tona somente no ano de 2014, em nova edição do Diário Oficial do Município de São Francisco do Conde, de 30 de abril deste ano, que revela que

a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde ‘declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel localizado na Fazenda Dom João, com 792.786,72 m², neste Município, de propriedade de José da Costa Falcão Junior e dá outras providências’. Na justificativa do referido Decreto, alega ‘a necessidade de realizar a construção empreendimento para a prática de esporte, com desenvolvimento de infraestrutura de urbanística e de turismo’ (...) No art. 2º do supracitado Decreto dispõe que ‘a desapropriação do imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se a construção de um autódromo com estrutura de urbanização, praça, iluminação, área de socialização, incrementando o turismo, a geração de renda e o desenvolvimento do Município’. O valor total da desapropriação prevista no Decreto atinge o impressionante valor de R\$ 3.353.487,82 (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

Ou seja, a Prefeitura e o dono da Fazenda Dom João se coadunam para dar um novo destino a área de terra onde se localiza o Quilombo Dom João. A Prefeitura visa à atração de empreendimentos turísticos para a área, já o fazendeiro vê uma boa oportunidade para negociar suas terras a um preço elevado, lucrando e ainda se livrando dos Quilombolas em suas terras. Contudo tal acordo só daria certo se na região não existissem mais moradores, por isso a doação do terreno em 2010 – não doação propriamente dita, pois seria paga com o valor da desapropriação – para a construção do conjunto e a derrubada de casas.

⁸ Diário Oficial do Município de São Francisco do Conde, 2 de junho de 2010, APUD AATR, 2015, p. 19.

Contudo, o Quilombo Dom João foi formado a partir do desmonte da economia do açúcar na região de São Francisco do Conde, e particularmente do desmonte do complexo da Usina Dom João. Com a falência desta, muitos trabalhadores permaneceram nas terras da Usina, dando início ao conflito com o dono da Fazenda Dom João, e outros procuraram formas autônomas de vida em áreas próximas, nas áreas de mangue e em especial nas áreas aterradas pela Petrobrás. Assim nasce o Quilombo Dom João e, portanto, longe de representarem invasores de áreas de APP, os quilombolas de Dom João são fruto de um processo de resistência às condições duras de vida e trabalho que foram impostas às suas famílias ainda no tempo da escravidão e se perpetuaram no século XX por meio de relações de trabalho análogas à escravidão. São frutos da resistência, pois foram buscar nas terras do hoje Quilombo Dom João formas autônomas de vida e trabalho, fazendo daquilo que seria a atividade complementar dos seus ancestrais – a pesca e a mariscagem – a sua principal fonte de renda e sobrevivência, já que não havia mais terras para plantar. Os quilombolas são a massa trabalhadora que construiu os ciclos de prosperidade do açúcar e do Petróleo, e que se tornam agora os indesejáveis, quando a elite local agrária e o Poder Público Municipal alvejam tornar a área lucrativa e atrativa para o turismo, atividade essa para qual a presença dos quilombolas não é bem-vinda.

3.2.2. Histórico da Associação de Moradores - histórico de luta

Desde 2007, os moradores do Quilombo Dom João vêm se organizando com o objetivo de estruturar e fortalecer a comunidade na luta pelos seus direitos, devido a constantes ameaças de remoção da comunidade por parte da Prefeitura de São Francisco do Conde, fazendeiros e empresários da região, conforme já relatado.

Em 2013, com o apoio de entidades de assessoria ao movimento social como Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a comunidade consegue a certificação da Fundação Cultural Palmares, e no mesmo ano, a Associação Quilombola de Dom João se constitui oficialmente. Paralelamente, tem início uma articulação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a fim de conseguir assegurar o direito à permanência da comunidade em seu território.

Como parte da estratégia para expulsar os moradores do Quilombo, a Prefeitura construiu um conjunto habitacional, localizado distante dos manguezais, principal fonte de renda dos quilombolas. Assim, apenas uma pequena parte das famílias mudou-se para o conjunto, movidas pelo receio de outros conflitos.

Frente a toda resistência da comunidade, em 2014 a Prefeitura de São Francisco do Conde entra com uma ação judicial de questionamento do certificado da Fundação Cultural Palmares, a fim de paralisar os trabalhos de regularização fundiária em andamento no INCRA. Neste processo foi apresentado o argumento de que a comunidade estaria poluindo o rio que margeia com esgoto sanitário, o que também justificaria sua remoção.

O juiz responsável pelo processo deu o parecer inicial parcialmente favorável à ação da Prefeitura, resultando na suspensão do processo de regularização fundiária do INCRA. Contudo, com a assessoria jurídica da Associação dos Advogados para Trabalhadores Rurais (AATR), a comunidade, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares entraram com uma ação na justiça questionando a decisão do juiz, e contrariando o projeto de construção do autódromo em áreas onde atualmente a comunidade vive.

Simultaneamente a estas mobilizações, a Associação Quilombola de Dom João articulou-se com a Superintendência do Patrimônio da União/BA (SPU), entendendo que a área que ocupam corresponda à área de mangue, sendo, portanto uma APP de propriedade da União. Assim, em 04 de dezembro de 2015, foi assinado entre a comunidade e a SPU um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), permitindo a permanência da comunidade no local desde que haja uso sustentável do território pelos moradores. Todavia, embora importante nesse momento de luta, o TAUS não representa a titulação definitiva do território, sendo um instrumento frágil para garantia da permanência da comunidade no local.

Atualmente, a Associação Quilombola Dom João (Anexo 1) espera a definição do juiz em relação ao processo do INCRA e busca outras estratégias para consolidar e garantir seu direito ao seu território. A fim de trocar experiências e enriquecer sua luta, a Associação vem se envolvendo com maior proximidade com outros movimentos quilombolas e com o Movimento de Pescadores e Pescadoras, além de se articular com Assessorias Técnicas para a construção de novas estratégias.

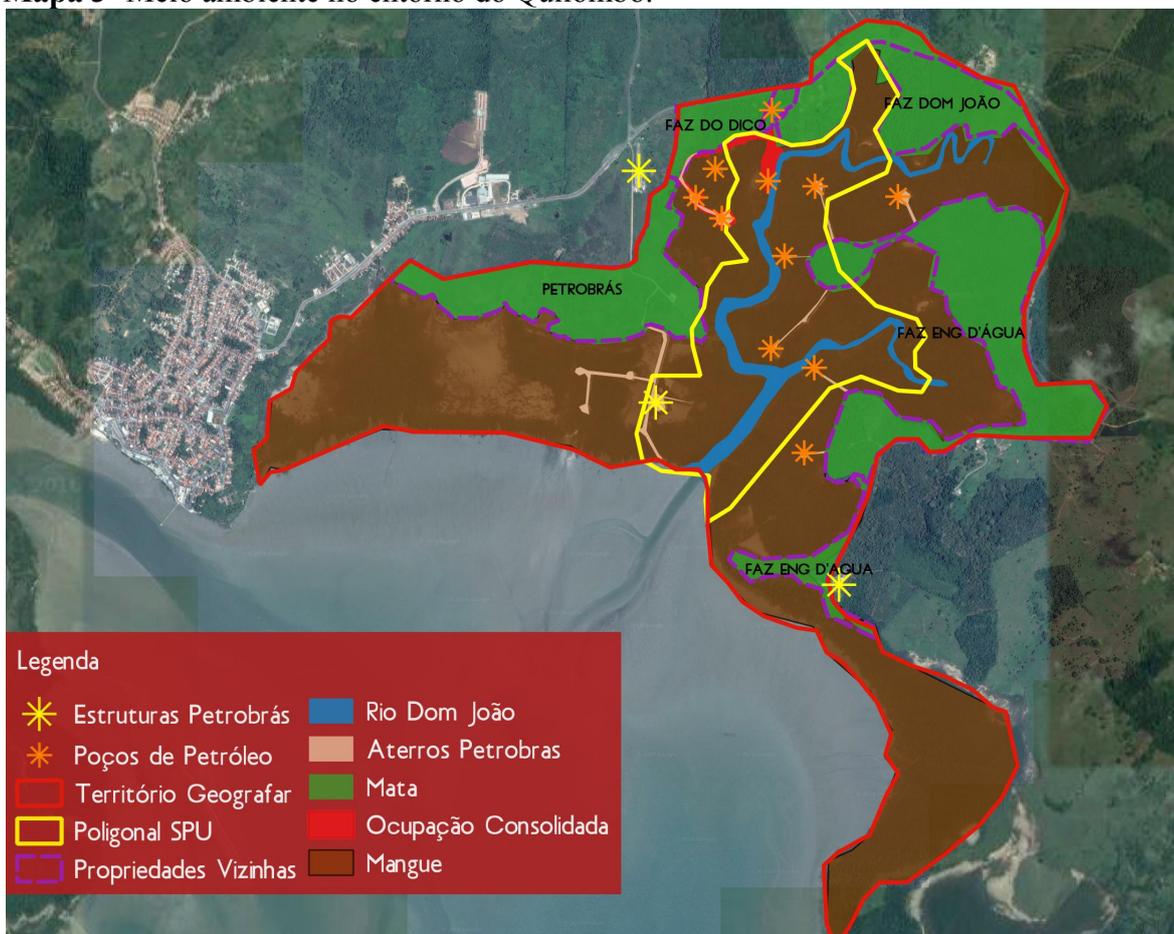
3.3. O TERRITÓRIO

3.3.1. O Território Do Quilombo Dom João

Como explicitado na análise do histórico da comunidade, o território do Quilombo Dom João configurou-se inicialmente por meio das relações de extrativismo e agricultura, quando da existência do Engenho e posterior Usina Dom João. Tais relações já estabelecidas passaram a construir a identidade

de marisqueiros e pescadores dos quilombolas, que aliado às novas possibilidades oriundas das transformações espaciais realizadas pela Petrobrás, resultou no estabelecimento de moradias em uma das áreas aterradas pela Empresa. Este aterro se colocava como um local estratégico – próximo à estrada e à maré – e um lugar de encontro, sendo o Tamarineiro um importante ponto de referência, mesmo antes do uso como habitação.

Mapa 3- Meio ambiente no entorno do Quilombo.



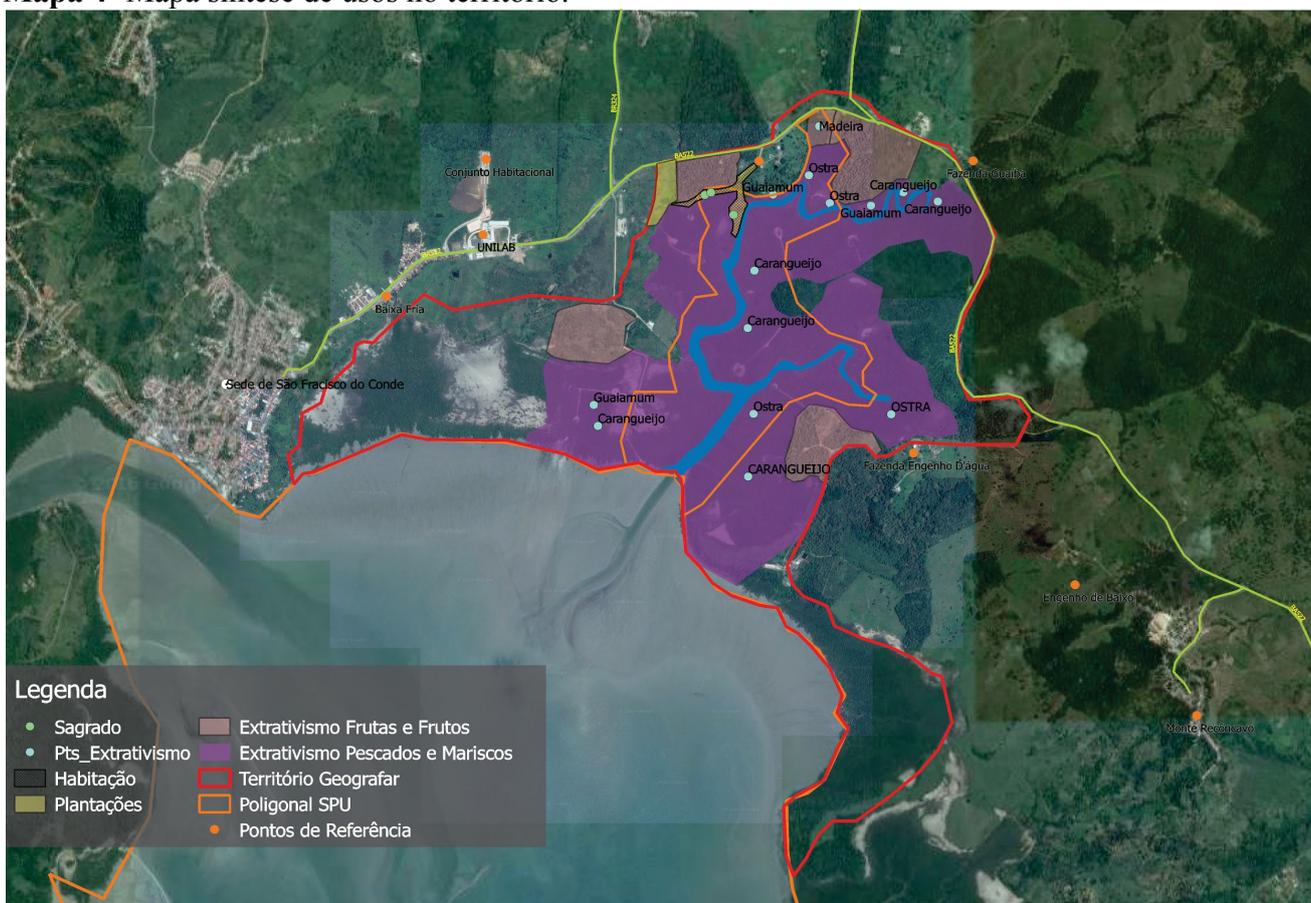
Fonte: elaboração própria; GeografAR; SPU.

O Mapa 3 busca representar o meio ambiente em que o Quilombo está inserido. Pode-se perceber por toda área de mangue a instalação de poços de petróleo, assim como duas grandes estruturas da Petrobrás. Para o acesso aos poços, foram realizados aterros, como o ocupado pela comunidade para fins de moradia. Parte dos outros aterros é menor e de acesso pelas fazendas. Vale destacar também que área considerada como área da SPU é correspondente à área de mangue.

Ainda que a área ocupada com construções e utilizada para habitação se restrinja ao aterro realizado pela Petrobrás, pôde-se confirmar que a área utilizada pela comunidade, necessária para que

ela possa reproduzir sua forma de vida, é muito maior. Assim, como nas oficinas realizadas pelo GeografAR, a área do mangue aparece como central, utilizada como principal fonte de recursos e alimentação, por meio da pesca e mariscagem. O mangue é também um local de encontro e socialização entre pescadores de diversas comunidades, sendo caminho de travessia entre alguns percursos e contribuindo para a criação de outras redes no território.

Mapa 4- Mapa síntese de usos no território.



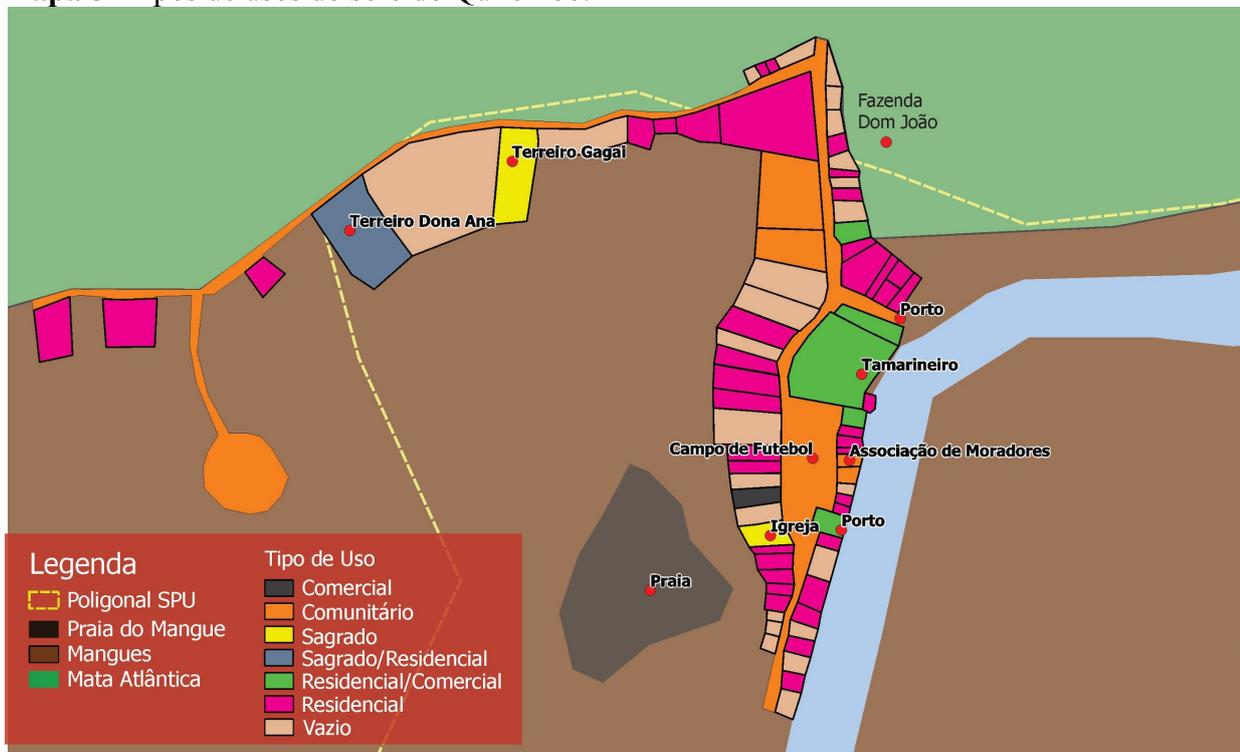
Fonte: elaboração própria; GeografAR; SPU.

O Mapa 4 é uma síntese do conteúdo produzido em oficinas, representando os diferentes usos no território. Destaca-se nesse mapa, em primeiro lugar, que a comunidade utiliza uma área de terra muito maior do que a que habita, e que o seu território de uso é também maior do que a área que foi concedida pelo TAUS da SPU. Vemos no mapa que grandes áreas de mangue, localizadas no em torno do rio Dom João, são utilizadas pela comunidade nas atividades de pesca e mariscagem, e utilizam também áreas particulares, de fazendas vizinhas, para a extração de frutas e frutos - fazendas Dom João e Engenho D'água, principalmente.

A pesca acontece em toda a extensão do rio, sendo algumas espécies pescadas já na Baía de Todos os Santos. Para as pescas e para a travessia do rio para mariscagem, a comunidade possui barcos próprios, a maioria a remo e outros dois a motor, tendo sido um destes doado pela Petrobrás, em trabalho comunitário realizado pela mesma nos anos 2000.

Além destas atividades, observa-se a criação de guaiamum e de outros pequenos animais nos quintais das casas. Observam-se também pequenas plantações nestes locais, ainda que a terra do aterro não seja ideal para esta atividade. Plantações maiores tem sido realizadas nas áreas das fazendas, uma da Fazenda do Dico, concedida pelo fazendeiro com restrições a culturas permanentes, e outra área objeto de disputa da Fazenda Dom João, que cria empecilhos para evitar a utilização pela comunidade. Recentemente, a comunidade separou um espaço para uma horta comunitária, ainda em processo de implantação.

Mapa 5- Tipos de usos do solo do Quilombo.



Fonte: elaboração própria.

O Mapa 5 busca sistematizar algumas informações colhidas em campo, que auxiliaram o entendimento da equipe em relação às formas de uso do aterro, ou Área de Ocupação Consolidada, onde os moradores estabeleceram suas moradias. Tal área foi dividida pelos moradores como em um loteamento, na medida em que se ocupava o espaço. Dessa forma, ainda que haja espaços sem

construções (representados no mapa como “Vazios”), os lotes já possuem destinações previstas pelos moradores.

Vale destacar que parte das residências que possuem acesso para o rio possuem decks para a ancoragem de barcos, mas os pontos de maior concentração de barcos ancorados são os dois portos marcados no mapa (Fotos 1 e 2).

Foto 1- Porto com acesso pela rua.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 2- Barcos atracados nos fundos dos lotes .



Fonte: acervo pessoal.

Existem ao todo quatro bares na comunidade, sendo três em lotes de uso compartilhado com habitação. Há ainda uma mercearia, e a vontade já explicitada nas oficinas de que outras sejam abertas também. Os bares articulam-se com o espaço central da comunidade, promovendo ou dando suporte a festas e eventos comunitários (Foto 3). Esta praça também é utilizada para campeonatos de futebol e estacionamento (Foto 4).

Foto 3- Bar do Mica, residências, terreno da Sede da Associação e praça.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 4- Vista da praça, residências e bar do Sabino.



Fonte: acervo pessoal.

Por fim, ainda que parte dos moradores seja evangélica e que haja uma igreja no Quilombo, há a presença de dois terreiros de candomblé na comunidade, que foram demolidos pela Prefeitura em 2011, mas tem buscado se reerguer - um já em funcionamento e outro construindo fundações.

3.3.2. Caracterização Socioeconômica e Perfil da Ocupação

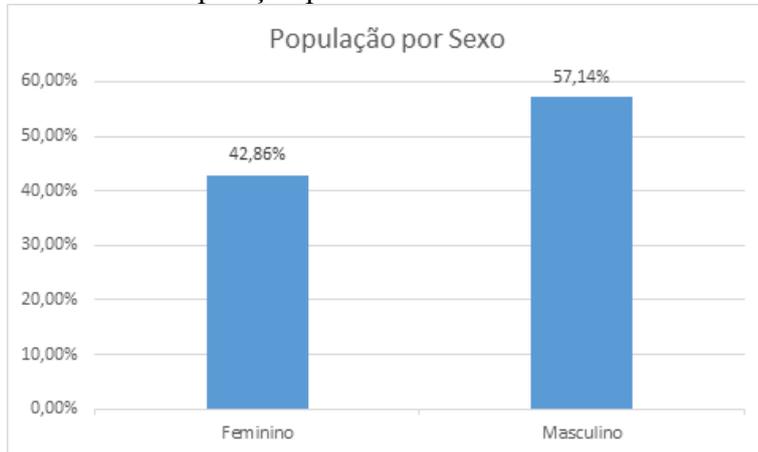
3.3.2.1. Caracterização Socioeconômica

Uma das etapas para a confecção do diagnóstico do Quilombo Dom João foi a aplicação junto às famílias da comunidade de um questionário socioeconômico (Anexo C), no qual buscávamos colher informações acerca da composição familiar, do histórico de ocupação, da condição e caracterização dos domicílios e das relações de trabalho. Ao todo foram aplicados 31 questionários, que cobriram 28 dos 44 domicílios da comunidade, correspondendo ao percentual de 64% de domicílios do Quilombo Dom João.

Das informações coletadas e sistematizadas podemos perceber que 71% das famílias do Quilombo Dom João utilizam recursos naturais do território, seja por meio da pesca, da mariscagem ou da produção agrícola. Sobre a composição demográfica, vemos que há um predomínio da população masculina, que corresponde a 57% do total de pessoas da comunidade, contra 43% da feminina, conforme o Gráfico 1. Uma grande desproporção, uma vez que a realidade brasileira indica uma configuração muito diferente. Segundo o Censo 2010 do IBGE, a distribuição da população por sexo no

Brasil é majoritariamente feminina, com uma taxa de 51% de mulheres contra 49% de homens⁹. A razão dessa desproporção certamente se explica pelas remoções forçadas e violências que a comunidade de Dom João viveu nos últimos anos, que fez com que muitas famílias (as mães e seus filhos) optassem por sair da comunidade.

Gráfico 1- População por sexo.



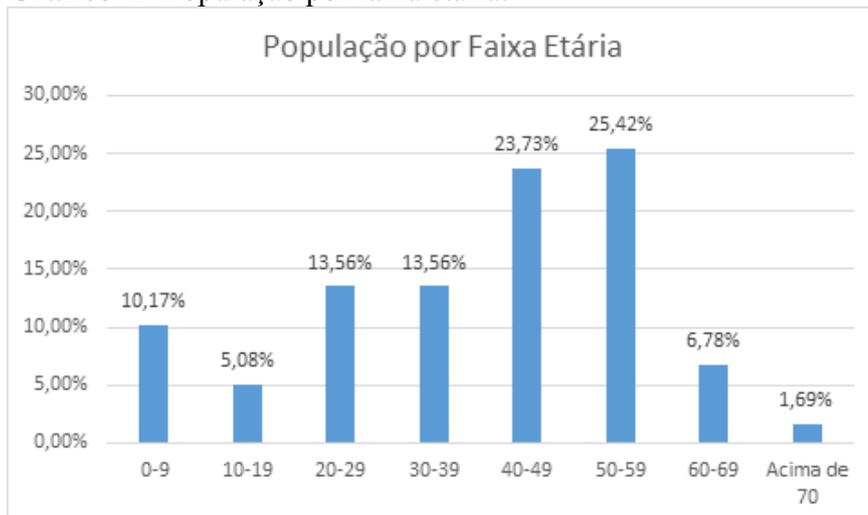
Fonte: elaboração própria.

As remoções e violências sofridas pela comunidade explicam também a desproporção na distribuição da população por idade. Em Dom João há a predominância de pessoas entre 40 e 59 anos (49%), enquanto que no Brasil a maior parte da população está na faixa etária entre 10 e 29 anos¹⁰ (Gráfico 2). Ou seja, o perfil da população brasileira é bem mais jovem se comparado com a realidade de Dom João. Ademais, percebemos que há poucas crianças na comunidade, e esse fato se explica por não existir escola próxima, nem infraestrutura adequada na comunidade que proporcione lazer e segurança para as crianças. Também por esse fato algumas famílias optaram por morar no conjunto habitacional construído pela Prefeitura de São Francisco do Conde.

⁹ Dados do Censo 2010 do IBGE. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>. Acesso em 31 out. 2016.

¹⁰ Dados do Censo 2010 do IBGE. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-por-sexo-e-grupo-de-idade-2010.html>>. Acesso em 31 out. 2016.

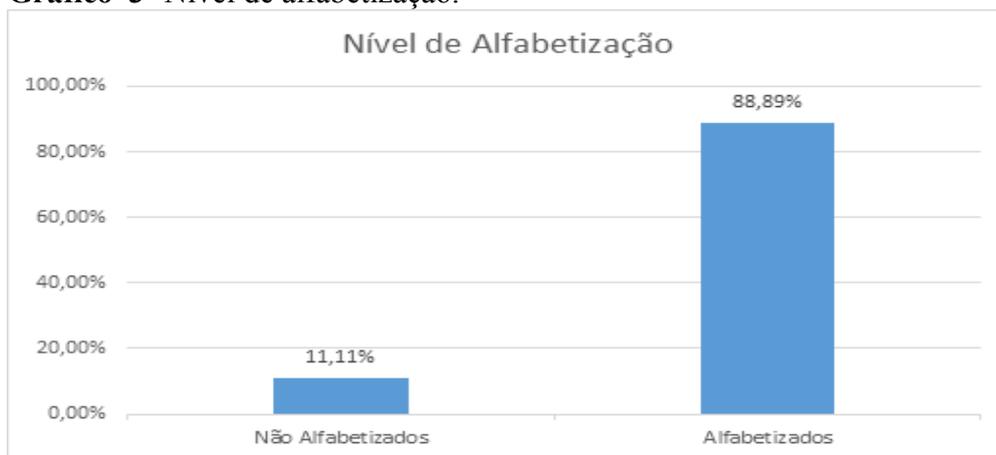
Gráfico 2- População por faixa etária.



Fonte: elaboração própria.

O índice de analfabetismo no Quilombo Dom João é de 11% (Gráfico 3), taxa acima do que a registrada nacionalmente, que é de 8%¹¹.

Gráfico 3- Nível de alfabetização.



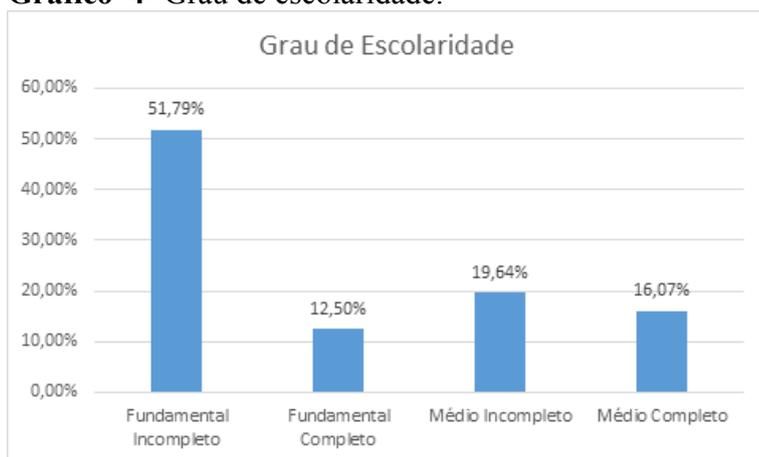
Fonte: elaboração própria.

Quanto ao grau de escolaridade, vemos que, até o momento da entrevista, nenhum dos quilombolas tinha acessado o ensino superior¹². Mais da metade da comunidade (52%) tem o ensino fundamental incompleto, e apenas 16% tem o ensino médio completo (Gráfico 4).

¹¹ Dados do IBGE. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-10-anos-ou-mais.html>>. Acesso em 31 out. 2016.

¹² Fazemos essa ressalva porque a presidente da Associação Quilombola de Dom João, Sr.^a Joselita Gonçalves, ingressou recentemente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), onde realiza o curso de Humanidades.

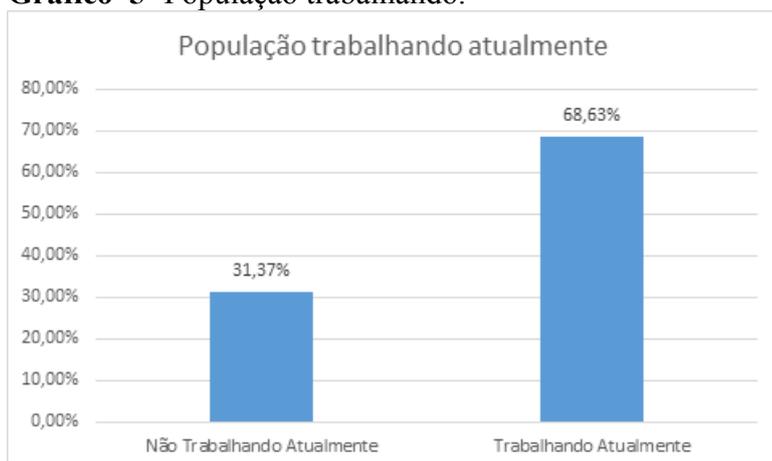
Gráfico 4- Grau de escolaridade.



Fonte: elaboração própria.

O índice de desempregados no Quilombo é de 31%, ou seja, mais de 1/3 da comunidade não está atualmente exercendo nenhuma atividade de trabalho (Gráfico 5).

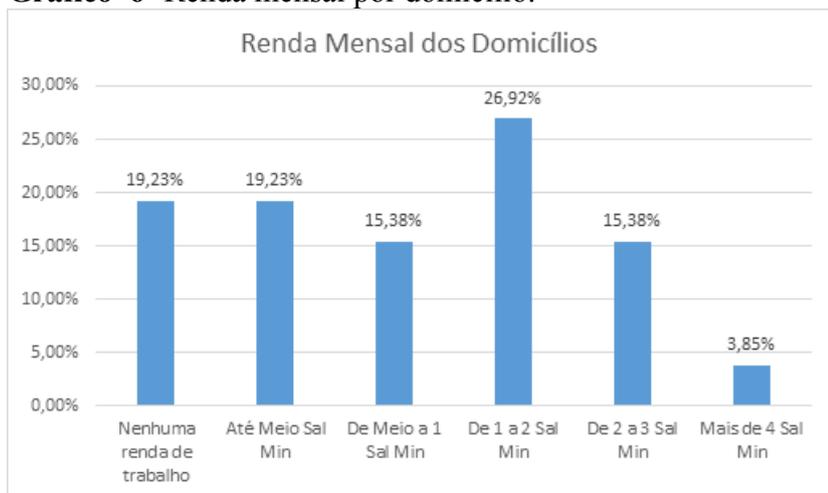
Gráfico 5- População trabalhando.



Fonte: elaboração própria.

Quanto à renda domiciliar, os dados indicam que mais da metade dos domicílios (54%) tem uma renda de até um salário mínimo, e quase 20% destes não tem nenhuma renda de trabalho (Gráfico 6).

Gráfico 6- Renda mensal por domicílio.



Fonte: elaboração própria.

Quanto ao recebimento de programas sociais, a maioria dos domicílios não recebem nenhum programa de transferência de renda, seja do governo federal ou municipal. Mesmo que grande parte dos domicílios sobrevivam com uma renda mensal de até um salário mínimo, apenas 38,5% destes recebem algum programa social (Gráfico 7).

Gráfico 7- Benefício de programas sociais por domicílio.

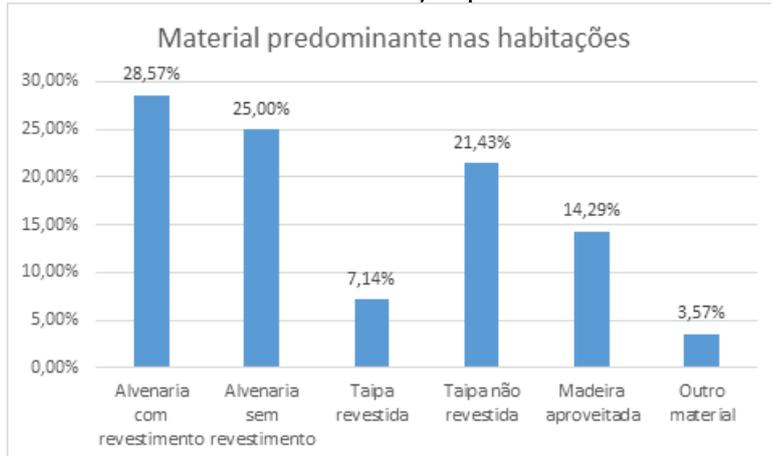


Fonte: elaboração própria.

3.3.2.2. Perfil da ocupação: moradia e energia

Quanto ao tema das condições e características das habitações vemos que a maioria das casas foi construída com alvenaria (54%), contudo, quase a metade das habitações (46%) foi construída com outros materiais, seja a taipa, a madeira ou outros materiais, como plástico e papelão (Gráfico 8). Vale ressaltar que a condição dessas habitações que não são de alvenaria é, em geral, precária.

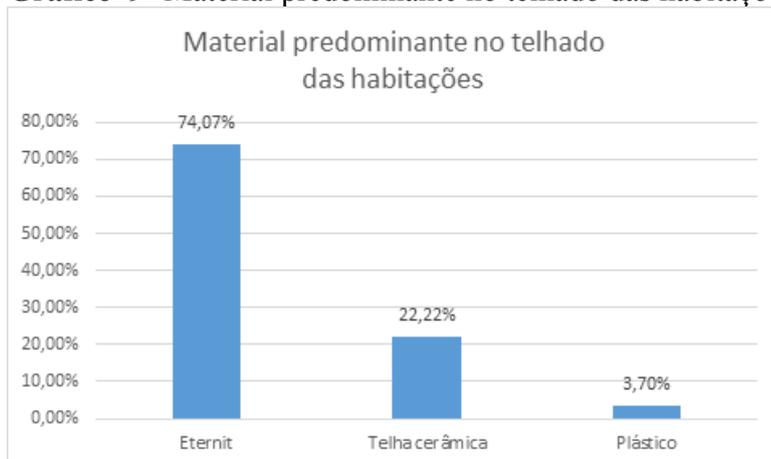
Gráfico 8- Material de construção predominante nas habitações.



Fonte: elaboração própria.

Há uma predominância de telhados de amianto nas habitações (74% dos domicílios), e apenas 22% de telhados com telha cerâmica (Gráfico 9).

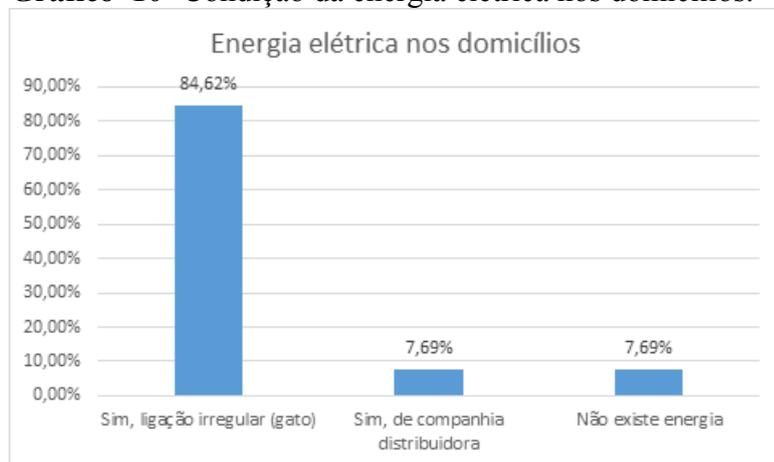
Gráfico 9- Material predominante no telhado das habitações.



Fonte: elaboração própria.

Por fim, os dados também indicam que 84% dos domicílios possuem energia elétrica por meio de ligação irregular. Apenas 8% possuem ligação regular de energia, e outros 8% das casas não possuem energia elétrica (Gráfico 10).

Gráfico 10- Condição da energia elétrica nos domicílios.



Fonte: elaboração própria.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO

Com a valorização de lutas, reivindicações e protestos, a leitura da grande cidade latino-americana ultrapassa a sua realidade imediata de epicentro da crise societária. Evidentemente, não se trata de negar esta realidade mas, de propor que o espaço urbano – além de uma condensação de carências – é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante. Interrogando esta ordem, a pesquisa da ação social reconhece as energias latentes da cidade, impedindo que o espaço físico e a paisagem orientem, com exclusividade, a interpretação da vida social. Afinal, a realidade visível não esgota a experiência urbana, que também é dotada de transcendência. (RIBEIRO, 2009)

4.1. INTRODUÇÃO

As primeiras aproximações da equipe com o Quilombo Dom João deram-se a partir de novembro de 2016. Enquanto a comunidade ia recebendo aos poucos a chegada de uma equipe de profissionais para o trabalho de assessoria técnica, nós, os integrantes da equipe, estávamos também nos conhecendo e experimentando formas de fazer e gerir um trabalho comum. Desta maneira, acreditando no coletivo e no trabalho com o “outro”, é que os temas principais de todos nós, neste trabalho de um ano de duração, seriam: o encontro, o “fazer junto” e o comum.

Desde o início fomos experimentando, com os moradores, possíveis formas de atuação lado a lado. Procuramos deixar claro que nosso trabalho com eles só seria viabilizado com a frequência destes moradores nas atividades que estaríamos propondo, sendo assim, com a participação e o engajamento mútuo. Ao mesmo tempo cuidando para não criar expectativas infundadas, mas sabendo que a nossa chegada lá é sempre um assunto delicado a se tratar.

Como equipe, formulamos durante o ano, algumas ferramentas para que o trabalho tivesse algum plano possível de realização dentro de um contexto “outro”, ou seja, dentro de um contexto em que todos nós da equipe éramos estrangeiros, mas ao mesmo tempo, conscientes de que temos ferramentas importantes que podem ser desenvolvidas e trabalhadas naquele contexto específico. Ferramentas que foram experimentadas, questionadas e reinventadas a todo momento.

São elas:

- A consciência de que não somos profissionais detentores de um conhecimento técnico do qual o Quilombo é carente, mas estamos nos colocando à disposição para a troca de conhecimentos, neste lugar de igualdade.
- Apoderar-se deste lugar da aprendizagem, não somente porque somos residentes e estamos oficialmente no lugar de estudantes, mas por de fato sermos desconhecedores deste contexto específico de Dom João.

- Para que a troca seja sincera e nossos canais de percepção estejam bem afinados com o campo, observar com atenção buscando perceber e evitar os nossos conceitos anteriores que são acionados para criar filtros, limitar, induzir ou guiar a compreensão do território em conhecimento (pré-conceito).
- Buscar não analisar os comportamentos ou tirar conclusões prévias. Uma experiência da real existência está o tempo todo a surpreender, fisgar, contornar e dar outra versão dos fatos.
- "Encontro" tem a potência de transformação. Só é possível transformar se somos transformados. Um caminho duplo: o quanto mais nós nos abrimos para o encontro, mais eles (Quilombolas) deixam-se receber-nos; o quanto mais nós nos despimos de preconceitos, mais novos conceitos iremos encontrar; o quanto mais nós nos abrimos para o aprendizado, mais eles também irão aprender com a nossa presença.

A proposta de uma metodologia participativa está afinada com a proposta da Residência Técnica em Arquitetura e Urbanismo e Engenharias (RAU+E), que "(...) tem como perspectiva a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania”.

Assumindo o papel de profissionais formados em diferentes áreas (arquitetura e urbanismo e ciências sociais) em processo de aprendizagem dentro do curso da Residência Técnica AU+E, a questão metodológica de como trabalhar "junto com" foi sendo desenvolvida durante nosso processo com eles.

Durante o tempo todo do processo, estávamos sendo acompanhados por profissionais que nos auxiliaram na elaboração e discussão das propostas metodológicas e no desenvolvimento do trabalho como um todo. Os diálogos foram de fundamental importância para elaboração das oficinas.

Vale pontuar também, que durante o trabalho houve várias reuniões internas, quase todas as semanas, somente com os integrantes da equipe, para alinharmos nossos objetivos e perspectivas, tomarmos decisões juntos e definirmos estratégias para melhor aproveitamento e sistematização do trabalho que estava sendo desenvolvido, além de planejar quais seriam os próximos passos a serem dados. Esse processo foi muito rico, pois conhecemos melhor cada pessoa do grupo e aos poucos encontramos um ritmo de trabalho e forma de dialogar que fluíssem para harmonia do trabalho e da nossa convivência enquanto equipe.

4.2. APROXIMAÇÃO COM O QUILOMBO

As vivências iniciais foram as primeiras aproximações da equipe técnica com a comunidade do Quilombo Dom João. O desejo do grupo, neste momento, era realizar as aproximações aos moradores do Quilombo de forma lenta e processual, de maneira que a nossa chegada como profissionais de assessoria técnica fosse minimamente impositiva e/ou impessoal.

Durante as primeiras aproximações, sempre foi uma preocupação da equipe procurar deixar claro para a comunidade do Quilombo Dom João que o tempo que estaríamos trabalhando junto com eles seria dentro do período do curso da Residência Técnica, ou seja, de aproximadamente um ano. Também buscamos esclarecer que não tínhamos nenhum tipo de financiamento, portanto não poderíamos financiar a realização nenhum tipo de projeto a ser sugerido. Acrescentamos ainda que a própria busca pelo financiamento era também parte do processo do trabalho a ser desenvolvido na comunidade através de editais e projetos de instituições parceiras. Deixamos esses pontos entendidos, pois acreditamos ser importante cuidar para que nossa presença e atuação não criassem expectativas em vão para os Quilombolas, mesmo sabendo que não é possível evitá-las completamente.

4.2.1. Vivências Iniciais

No início do processo uma das estratégias de aproximação utilizada foi a de dormir no Quilombo, com o objetivo de vivenciar melhor a região e de nos aproximarmos dos moradores de forma mais natural. Ao todo dormimos duas noites no Quilombo Dom João, a Sr.^a Joselita (liderança comunitária) cedeu um espaço no seu terreno para a equipe armar as barracas de camping para passar as noites.

A primeira visita da equipe ao Quilombo Dom João ocorreu no dia 27 de novembro de 2015, neste dia nos apresentamos à Sr.^a Joselita (Joca) que é a presidente da Associação Quilombola Dom João. Explicamos sobre a RAU+E, qual o nosso objetivo e que estávamos muito interessados em trabalhar com o Quilombo Dom João. Neste dia também fizemos um rápido passeio para conhecer um pouco a região do Quilombo ocupada por moradias, para a partir daí já começarmos a entender a dinâmica local (Fotos 5 e 6).

Foto 5- Primeira visita ao Quilombo.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 6- Rio Dom João.



Fonte: acervo pessoal.

A segunda visita ocorreu nos dias 04 e 05 de dezembro de 2015. Decidimos participar da festa de comemoração da assinatura do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), cedido pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU), que reuniu muitos moradores e representantes de instituições que trabalham ou já trabalharam junto ao Quilombo Dom João. Na noite do dia 04 para o dia 05, dormimos no Quilombo, a fim de gerar essa maior aproximação conhecendo os moradores de maneira informal e sermos conhecidos por eles também (Fotos 7 e 8).

Foto 7- Festa de comemoração pelo TAUS.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 8- Vivência da equipe no rio.



Fonte: acervo pessoal.

O terceiro encontro de aproximação foi no dia 21 de fevereiro de 2016, no qual fizemos um passeio de barco com alguns moradores para conhecer onde eles pescam e mariscam no entorno do Quilombo (Fotos 9 e 10). Na noite do dia 21 para o dia 22 também dormimos no Quilombo Dom João. E então, no dia 22 de fevereiro de 2016, realizamos nossa primeira oficina no turno matutino.

Foto 10- Passeio de barco.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 9- Vista do Quilombo pelo rio.



Fonte: acervo pessoal.

4.3. OFICINAS

As oficinas foram uma importante ferramenta de atuação com o Quilombo, com estratégias variáveis de acordo com objetivos específicos de cada, e resultados concretos e simbólicos.

Dentre esses resultados, ressaltamos o potencial das oficinas em promover o exercício ético e político, pois, ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao engajamento político de transformação. Ou seja, os efeitos da oficina não se limitam ao registro de informações para pesquisa, uma vez que sensibilizam as pessoas para a temática trabalhada, possibilitando aos seus participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de versões e sentidos sobre o tema (SPINK; MEDRADO, 2014, p.33).

No processo de aproximação, procuramos saber qual seria o melhor dia para fazermos as atividades no Quilombo Dom João. Foi sinalizado as segundas-feiras no período da manhã, uma vez que muitos trabalham com pesca e mariscagem durante o fim de semana e este seria seu dia de folga. Esta informação foi confirmada em diversos momentos. Assim, ao longo do nosso trabalho na comunidade, grande parte das oficinas e reuniões foram realizadas em dias de segunda-feira no turno matutino. Durante o ano, algumas atividades e reuniões aconteceram em sábados à tarde também, a pedido da comunidade.

O local dos nossos encontros com a comunidade inicialmente foi a casa da Sr.^a Joselita. Seu terreno é grande e possui um restaurante em local com piso cimentado, coberto e com mesas, onde já aconteciam reuniões da Associação. Porém, com o tempo e nossa aproximação na rotina do Quilombo Dom João, percebemos, junto com os moradores, a necessidade de um local comunitário para os encontros coletivos do Quilombo, surgindo a proposta da construção de uma cobertura temporária até a construção da Sede da Associação. Sobre esse movimento será relatado mais adiante.

A equipe, baseada nas aulas sobre Metodologias Integrativas ministradas por Heliana Mettig e Maria Suzana Moura, montou uma estrutura básica para as oficinas que seriam realizadas. Estas eram divididas em três momentos. Inicialmente, propomos atividades corporais, com o objetivo de descontração para os moradores e para nós, a equipe, a fim de nos conhecermos de outras formas, estimular interações entre todos os participantes, além de movimentar o corpo. Elas aconteceram sempre em formato de roda. A roda tem a característica de ser um círculo dinâmico e permeável em que, durante todo o tempo, permite entrar e sair integrantes e, à medida que isso acontece, a roda vai organicamente se reestruturando e reencontrando sua forma. A roda também fala sobre horizontalidade, dinâmica que acreditamos como forma de construção coletiva.

Após a dinâmica corporal, a segunda parte era a realização da oficina planejada, sempre buscando ouvir a comunidade. Colhendo e trocando informações e experiências. Por fim, a terceira parte era a finalização da atividade. Também era no formato de roda, acompanhada de uma conversa final de como foi a oficina, queríamos saber o que os presentes acharam e o que aquela atividade deixou para eles. Neste momento também aproveitamos para avisá-los sobre quando seria a próxima atividade e outros informes.

Na maioria das vezes, quando chegávamos ao Quilombo para as oficinas, havia poucas pessoas nos esperando para iniciar as atividades. Então, a equipe se dividia e passava nas ruas e casas chamando a comunidade para participar. E aos poucos os moradores chegavam. A dinâmica inicial também tinha como função dar esse tempo de espera da chegada.

Em seguida serão apresentados breves relatos das oficinas realizadas no Quilombo Dom João, assim como um pouco sobre o caminho que percorremos. Já adiantamos que não foi um caminho retilíneo, afinal estamos no processo de aprendizagem e descobertas de como agir, de como trabalhar da melhor forma com assessoria técnica e com o Quilombo Dom João. Apesar das idas e vindas, das voltas, do planejamento algumas vezes frustrado, consideramos todo processo dos nossos trabalhos no Quilombo de extrema importância, muito rico, com muita aprendizagem, com muita troca.

4.3.1. Oficina 1 - Levantamento de Demandas

Esta oficina, ocorrida no dia 22/02/2016, objetivava apresentar para o Quilombo Dom João o grupo enquanto estudantes da RAU+E e qual tipo de trabalho pretendíamos desenvolver na comunidade. Além disso, pretendia levantar junto com os moradores algumas das principais demandas da comunidade, a fim de começar a definir quais os projetos a serem desenvolvidos (Fotos 11 e 12).

Estavam presentes 30 pessoas. Inicialmente, realizou-se uma dinâmica corporal, e depois, os presentes foram divididos em dois grupos. A partir da mediação dos residentes, os grupos discutiram e buscaram responder: “O que temos de bom?” “O que podemos melhorar?”. Em seguida, cada grupo apresentou o que fez e dialogou. Após um intervalo, buscou-se elencar as prioridades com todos reunidos, sistematizando um novo cartaz com a pergunta “O que podemos fazer juntos?”.

Durante a oficina, buscou-se explicar para os moradores que as demandas elencadas seriam analisadas por nós para que pudessemos desenvolver as propostas de projetos que pudessem ser desenvolvidos durante este ano.

Foto 12- Momento inicial da oficina.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 11- Participação dos moradores (Grupo



Fonte: acervo pessoal.

As demandas levantadas para “O que podemos fazer juntos” foram: permanecer no território e continuar lutando; espaço para plantar; coleta de lixo; saneamento (fossas); melhoria das casas; área de lazer; Sede da Associação; casa dos pescadores; iluminação/pavimentação/alinhamento dos limites das casas; escola/creche; espaço para comércio.

Ao final da oficina, explicamos que um dos principais critérios para seleção das demandas seria a nossa possibilidade de atuação enquanto profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo e da área de Ciências Sociais. Os itens como posto de saúde, escola, segurança no ponto de ônibus, asfalto, entre outros, foram descartadas, pois explicamos que não teríamos condições de trabalhar com essas solicitações, uma vez que fogem das nossas atribuições profissionais e/ou são demandas que dependem de estruturas maiores de trabalho. Neste momento pretendíamos já elencar com os participantes as demandas em ordem de prioridade, porém não deu certo, pois não tínhamos planejado estratégias para lidar com esse momento.

Num primeiro instante achamos que o fim desta primeira oficina não deu certo em razão das pessoas estarem cansadas, pois durante a mesma não conseguimos controlar bem o tempo, então durou mais do que tínhamos planejado. Contudo, refletindo sobre nosso caminhar a partir de uma conversa com a Prof.^a Dr.^a Thais Rosa (PPGAU/UFBA), percebemos que a primeira oficina como momento de decisão dos possíveis projetos seria precipitado, pois a comunidade precisava de mais tempo para se apropriar deste processo, habituar-se com a nossa presença, confiar no nosso trabalho, além de maturar entre eles o espírito de coletividade e união. Percebemos que seria preciso mais tempo para os moradores sentirem-se mais à vontade conosco e entenderem porquê e para que estávamos ali junto com eles. Enfim, para que as próximas atividades fossem mais produtivas e alcançassem o objetivo desejado era preciso abordar assuntos de forma mais abrangente, estreitar as relações aos poucos, conhecê-los melhor, conhecer mais suas histórias e seu território.

4.3.2. Oficina 2 - Levantamento de Demandas (Aprofundamento)

A partir das reflexões sobre a primeira oficina, decidiu-se aprofundar as diretrizes levantadas numa segunda oficina, que ocorreu no dia 07/03/2016, com 30 pessoas presentes. Percebemos também estas duas oficinas como parte do diagnóstico e como possibilidade de colher mais informações sobre o dia a dia do Quilombo e entender mais um pouco sobre o que os moradores sonham para aquele local.

No formato de roda de conversa, dividiram-se os presentes em dois grupos, para que cada um discutisse dois grandes temas. Sugerimos esses temas baseados nos itens que apareceram na oficina anterior. O Grupo 1 discutiu a Dinâmica de Pesca e Mariscagem e a Associação de Moradores do Quilombo Dom João, enquanto o Grupo 2 discutiu o Saneamento Básico e o Lazer e Cultura (Fotos 13 e 14).

A partir dessa conversa, entendemos melhor a dinâmica do dia a dia das donas de casa, dos pescadores, das marisqueiras, conhecemos melhor as necessidades e sonhos dos moradores do Quilombo Dom João, além de começar a entender de forma mais clara a formação histórica da comunidade e os conflitos ali existentes.

Foto 13- Pescadores explicando o uso da rede de pesca.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 14- Grupos durante a oficina.



Fonte: acervo pessoal.

4.3.3. Oficinas de Mapeamento

Tendo em vista o estreito vínculo entre território e comunidades tradicionais, considerou-se de extrema importância o entendimento aprofundado do território do Quilombo Dom João, com diversas atividades de reconhecimento para além das pesquisas bibliográficas. Considerou-se inicialmente o trabalho já realizado pelo GeografAR, descrito no Relatório Preliminar Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João, de 2015. O GeografAR buscou cartografar o território do Quilombo em duas oficinas, passando pela localização e apropriação da linguagem de mapas, marcação de pontos notáveis da comunidade e identificação de elementos do território que garantiam/garantem a sua sobrevivência. Com esta metodologia, foi traçada uma poligonal junto aos moradores, delimitando uma área com cerca de 730 hectares.

A partir deste estudo e da poligonal realizada pelo GeografAR, foram traçadas estratégias para o reconhecimento do território por parte da equipe RAU+E. A princípio, tínhamos pensado dois encontros. Um para que os moradores, divididos em grupos, percorressem o território com um integrante da equipe, que iria fazendo perguntas sobre os locais, seus usos e histórias. Além disso, esta primeira oficina teria o objetivo de os participantes caminharem e reconhecerem os locais que na próxima oficina seriam identificados no papel, na foto da imagem aérea.

A segunda oficina de mapeamento buscava marcar usos e relações que ocorrem e onde ocorrem, em imagens aéreas do Quilombo Dom João e seu entorno. Para isso, buscaram-se diferentes referências de oficinas de mapeamento e se optou por conduzir esse registro por meio de ícones a serem colados em imagens de satélite impressas em diferentes escalas. Tais ícones referenciarão pontos que

gostaríamos de compreender, a fim de localizá-los espacialmente. Posteriormente a este processo inicial, identificou-se ainda a necessidade de se aprofundar a temática do território com os moradores, buscando construir de fato uma poligonal que representasse o território reivindicado pela comunidade.

As oficinas de mapeamento mostraram-se extremamente relevantes não apenas pela contribuição no diagnóstico e consequente desenvolvimento dos projetos, mas, principalmente, pela potencialidade de (re)conhecimento do território pela própria comunidade. Percebeu-se o processo como instrumento de construção de saberes, onde a constante retomada dos assuntos contribui para o aprofundamento de sua assimilação. É importante ressaltar que como a questão territorial é o objeto central da vida da comunidade e dos conflitos pelos quais passa o Quilombo, entendeu-se que a efetiva instrumentalização do mesmo não poderia ignorar a necessidade de um processo de apreensão consistente destes conhecimentos. E esta percepção passou a permear o desenvolvimento de todos os trabalhos individuais.

4.3.3.1. Oficina de Mapeamento 1- Caminhada pelo território

Quando chegamos no Quilombo para a oficina planejada, no dia 23/05/2016, os moradores não estavam nos esperando. Houve uma falha de comunicação entre nós e as lideranças, que acostumadas com outras formas de trabalho, não entenderam o momento proposto como coletivo. Mesmo assim, decidimos fazer a visita guiada conforme foi entendido pelos representantes da comunidade. Fizemos uma caminhada guiada por Zé do Guaiamum e Sabino para melhor reconhecimento do território, conhecemos onde há uma horta, os limites das fazendas, as áreas onde tem os poços de petróleo desativados, alguns pontos de pesca, de captura de guaiamum e de caranguejo, além de percorrer áreas da Fazenda Dom João que antigamente eram utilizadas pelos Quilombolas e onde hoje é proibido o acesso deles. Apesar de a atividade não ter acontecido como planejada, foi de grande proveito, pois percorremos locais e caminhos que não conhecíamos, soubemos mais sobre a formação do Quilombo e suas relações com o entorno (Fotos 15 e 16).

Foto 16- Caminhada pelo território.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 15- Vista de um ponto mais alto durante a caminhada (baía).



Fonte: acervo pessoal.

4.3.3.2. *Oficina de Mapeamento 2- Identificação de usos*

A partir do reconhecimento do território da outra oficina, este momento, ocorrido dia 30/05/2016 com a presença de cerca de 15 moradores, pretendia representar graficamente as informações levantadas, de modo a construir um mapa que representasse a memória do lugar, acontecimentos e relação com a natureza. Seria um processo para identificar nas imagens aéreas do Quilombo e seu entorno, o uso e as relações que aconteciam naquele território.

Utilizamos a metodologia do grupo dos Iconoclasistas, buscando levar ícones sobre temas que considerássemos importantes, para que orientássemos as informações que os moradores nos trariam. Todavia, os ícones mostraram-se pouco precisos e insuficientes para registrar as informações ali coletadas.

Esta oficina aliou-se também ao contexto de lutas do Quilombo, visto que ainda que já tivessem conquistado o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), o conteúdo deste não é de fácil assimilação por parte dos moradores, devido principalmente à sua linguagem burocrática. Em parceria com a Sr.^a Conceição da CPP, buscou-se explicitar o conteúdo do Termo, suas limitações, fragilidades e as diferenças entre o território utilizado de fato e o que está assegurado pelo documento. Para isto, após a colagem dos ícones nas imagens de satélite, colocaram-se sobrepostas as poligonais do GeografAR e do TAUS, evidenciando ícones que estavam fora destes. Esta atividade, afinal, contribuiu de forma mais sólida neste processo de esclarecimento sobre as diferentes poligonais e limitações do TAUS do que para o entendimento do território pelo grupo RAU+E (Fotos 17 e 18).

Foto 17- Dinâmica inicial com a Sr.^a Conceição da CPP.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 18- Apresentação do resultado dos mapas.



Fonte: acervo pessoal.

4.3.3.3. *Oficina de Mapeamento 3- Construção de uma Poligonal*

Quando percebemos a necessidade de nos aprofundarmos sobre a questão território e o vínculo que todos os trabalhos teriam com essa questão, decidimos tentar traçar uma poligonal que representasse de fato o território reivindicado pela comunidade. Assim, realizou-se uma nova oficina de mapeamento já no mês de setembro de 2016, na qual o objetivo era o de traçar uma primeira poligonal do território do Quilombo Dom João, a ser aprimorada e discutida ao longo de um processo que permitisse momentos de discussão e apropriação de conhecimento sobre a importância de esclarecer esta pauta de reivindicação.

Nessa oficina relembramos o processo que a comunidade vivenciou com o grupo de pesquisa GeografAR, em que eles traçaram uma poligonal para orientar o processo de concessão do TAUS pela SPU. Discutimos também a importância de a comunidade ter a poligonal do seu território traçada, como instrumento de luta pela permanência nas terras que ocupam historicamente. Pontuamos também que o trabalho de traçar uma poligonal definitiva do território e a concessão do título de terra para a comunidade são de responsabilidade do INCRA, que contudo está impossibilitado de realizar qualquer atividade em Dom João, em razão da ação judicial que a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde move contra a comunidade. Logo, deixamos claro que o objetivo de georreferenciar o território de Dom João não significa que a poligonal a ser traçada nesse trabalho será titulada em favor da comunidade.

Relembramos também nossa primeira oficina de mapeamento, na qual identificamos os vários usos que a comunidade faz do seu território, e explicamos que o objetivo dessa segunda oficina era o de tentar traçar uma primeira poligonal do território de Dom João a partir desses usos. Dessa forma, dividimos os presentes em dois grupos e pedimos para que eles desenhasssem uma poligonal nos mapas que trabalhamos na primeira oficina, que continham a foto aérea de Dom João. Apenas o primeiro grupo conseguiu traçar uma poligonal mais definida e foi a partir desta que iniciamos a discussão. O segundo grupo questionou que as áreas localizadas nas extremidades da poligonal – as aéreas depois do Marapé, bem como o costeiro depois da fazenda Engenho D'Água, não deveriam ser incluídas no território, pois são áreas que são compartilhadas com outras comunidades, pescadores e marisqueiras. A discussão em torno desse ponto não chegou a um denominador comum, mas ressaltamos que essa foi uma primeira oficina para a definição da poligonal e que serão necessárias ainda outras oficinas nas quais esses e outros pontos serão discutidos. Contudo, mesmo ainda não sendo uma poligonal precisa ou definitiva, esse primeiro traçado será um importante orientador para a ida a campo, quando buscaremos georreferenciar o território. Logo, a poligonal traçada nessa terceira oficina de mapeamento não representa ainda o traçado definitivo do território de Dom João, mas, pelo contrário, é o primeiro passo em direção a esse objetivo. O traçado produzido nessa oficina está representado no Mapa 6, uma poligonal que, embora semelhante à que foi traçada com o grupo GeografAR, tem uma área menor (Fotos 19 e 20).

Foto 20- Grupo 1 dialogando sobre os limites do território.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 19- Grupo 2 dialogando sobre os limites do território.



Fonte: acervo pessoal.

Mapa 6- Poligonal (linha vermelha) traçada na Oficina de Mapeamento 3.



Fonte: elaboração própria; Google Maps 2016.

4.3.4. Oficina de Pactuação dos Projetos

Esta oficina se propunha a dialogar com a comunidade sobre os projetos que seriam desenvolvidos, explicando como os faríamos e que tipo de compromisso seria necessário, tanto da parte da comunidade quanto da equipe RAU+E.

Havíamos desenvolvido uma oficina de acordo com a metodologia que vínhamos aplicando, buscando ainda retomar pontos do diagnóstico que embasaram a escolha do projeto, com dinâmicas de vários tipos. Porém, como no início da reunião havia somente cinco pessoas e já estávamos atrasados com o horário, resolvemos ser mais simples e conversar com a comunidade em volta de uma mesa, diretamente sobre cada proposta de projeto. Ao longo da conversa mais pessoas foram chegando e se inteirando do assunto (Foto 21).

Durante a discussão sobre os projetos, foi abordada também a necessidade de um espaço comunitário, mesmo que temporário, para que acontecessem nossos encontros, uma vez que é um desejo grande da comunidade de possuir um lugar comum desde a formação da Associação Quilombola de Dom João, além disso a equipe também enxergou a construção deste espaço como forma de ajudar de descentralizar as responsabilidades das mãos da liderança comunitária, a Sr.^a Joselita, pois todas as reuniões, até então, aconteciam no espaço de seu restaurante. Somado a estes fatores ocorreram desentendimentos internos na comunidade e algumas pessoas não estavam participando das reuniões por ser em local particular. A proposta da construção deste espaço temporário até que a Sede da Associação seja construída foi apoiada por todos os presentes e os mesmos já indicaram que poderia ser utilizado o terreno ao lado da futura Sede da Associação. No mesmo momento já se organizaram e marcaram o dia para recolher as madeiras para estruturar a cobertura e a Sr.^a Joselita e seu marido Zé do Guaiamum cederam umas telhas que tinham guardadas. Logo após a reunião fomos ao terreno ver suas condições e medir, para prever dimensões conforme o tamanho das telhas (Foto 22).

Ao final da oficina, percebemos que teríamos que falar mais vezes sobre os projetos que iríamos desenvolver no Quilombo, para a comunidade entender de fato o que seria cada um, seria o tempo de maturação.

Foto 21- Momento da reunião.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 22- Momento de medição do terreno .



Fonte: acervo pessoal.

4.4. A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

O processo do diagnóstico dá-se ao longo do desenvolvimento de todo o trabalho no Quilombo Dom João, pois consideramos que a cada visita à comunidade, a cada oficina realizada, conhecemos mais sobre o território, sobre a realidade local e sobre seus moradores. As etapas descritas a seguir foram em um período que a equipe RAU+E focou na coleta de informações mais técnicas e precisas sobre o Quilombo Dom João.

Após a Oficina 2 (aprofundamento das demandas), percebemos a necessidade de um estudo mais detalhado e aprofundado sobre Quilombo Dom João, para embasar de forma mais contundente os projetos a serem desenvolvidos, até então não definidos, apesar de se ter claro que as principais demandas citadas e mais desejadas pelos moradores eram o esgotamento sanitário, a construção da Sede da Associação Quilombola de Dom João e a construção da casa dos pescadores.

Iniciamos um trabalho de recolhimento de dados e informações em campo, além de pesquisas sobre a conjuntura micropolítica que envolve o Quilombo, por meio de articulações com as parcerias existentes.

O trabalho de campo, que ocorreu durante o mês de abril de 2016, foi basicamente de coleta dos pontos georreferenciados dos lotes (para possibilitar a construção de mapas sobre o Quilombo) e de questionários/entrevistas aplicados a cada residência, visando descobrir melhor as condições de vida das famílias (dados sociais, econômicos e sobre a habitação), suas relações e histórias com o Quilombo Dom João e seu entorno (Fotos 23 e 24).

Foto 23- Entrevista com Paraíba.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 24- Entrevista com dona Dalva e família.



Fonte: acervo pessoal.

4.4.1. As Reuniões com os Parceiros

Além do trabalho em campo, articulamos reuniões com instituições parceiras que apoiam o Quilombo Dom João na luta pela conquista do território, com o objetivo de entender melhor o histórico de formação do Quilombo, seus conflitos atuais, o processo jurídico, as perspectivas futuras, e também saber melhor sobre o TAUS. Essas reuniões aconteceram durante os meses de março e abril de 2016.

Reunimos-nos com representantes da CPP, AATR, SPU e GeografrAR. A seguir informações sobre cada instituição parceira.

- **CPP** – Conselho Pastoral dos Pescadores foi construído pela Igreja Católica. É financiado por projetos e editais e tem como objetivo dar assessoria às comunidades pesqueiras e marisqueiras ajudando-os a se organizar legalmente enquanto Associação. Faz um trabalho de conscientização dos direitos e de como acioná-los, colocando a comunidade em contato com outras instituições que podem auxiliá-los, como a Bahia Pesca ou alguma Secretaria Pública específica. O CPP está realizando trabalhos com o Quilombo Dom João desde 2007. É importante aliado na inserção da liderança comunitária no movimento de luta dos pescadores e pescadoras, além de trazer para a comunidade uma conscientização e assessoria sobre todo o processo de luta em que estão vivendo. Nossa contato com o CPP foi por meio da Sr.^a Maria da Conceição Pereira, cuja função é de Agente Pastoral.
- **AATR** - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos fundada em 1982 que tem como finalidade prestar assessoria jurídica popular às organizações e movimentos sociais no estado, em especial aos movimentos do campo, buscando uma formação crítica e socialmente comprometida dos profissionais do Direito. A Associação trabalha com o Quilombo Dom João desde 2007 prestando assessoria jurídica à comunidade desde quando os conflitos entre Prefeitura e fazendeiro contra o Quilombo se acirraram. A AATR é o representante jurídico dos quilombolas, esta Associação de Advogados cuida de todo processo na justiça, além de prestar orientações jurídicas à comunidade de como proceder. Nosso contato na AATR foi com o advogado Maurício Correia, responsável pelo caso do Quilombo Dom João.
- **SPU**- Secretaria de Patrimônio da União pertence ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e suas superintendências estaduais são pontos de representação da SPU distribuídas em todo o País para atender ao cidadão nas questões relativas à utilização e zelo pelos bens públicos. Como a área ocupada pelo Quilombo é considerada uma Área de Proteção

Permanente (APP), a SPU foi a responsável pela emissão do TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável), no fim de 2015, documento que permite a permanência dos Quilombolas na área de União, desde que seja feita de forma sustentável. Nosso contato na SPU foi a Sr.^a Francine Cavalcanti da Divisão de Habitação e Regularização Fundiária-SPU/BA, responsável pelo caso do Quilombo Dom João.

- **GeografAR** – Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq) é um grupo de pesquisa da UFBA que busca analisar o processo de (re)produção do espaço no campo baiano a partir da correlação de forças que se define pela ação política dos sujeitos sociais organizados. Sua atuação no Quilombo Dom João foi de extrema importância, pois foi este grupo que elaborou um Relatório Preliminar sobre o Quilombo Dom João, entre os anos de 2014 e 2015 que serviu de base para que a SPU solicitasse o TAUS, nele consta:

Com este Relatório busca-se contribuir com o levantamento de informações necessárias para identificar e delimitar o território tradicionalmente ocupado pela comunidade do Quilombo Dom João, levantar e caracterizar as famílias ocupantes do território reivindicado. Informações que tem como objetivo tanto de construir junto com a Comunidade as estratégias de fortalecimento da luta quanto de contribuir com subsídios para a realização do RTID por parte do INCRA (GeografAR, 2015, p.8).

Nossos contatos com o GeografAR foram com a Prof.^a Dr.^a Guiomar Inez Germani e a Arqt.^a Me. Paula Adelaide M. S. Moreira.

5 CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

5.1. SOBRE A ATUAÇÃO DA EQUIPE

Realizar este processo de formação na Residência RAU+E instiga-nos a pensar sobre a atuação do profissional de assessoria técnica no trabalho com uma comunidade. Fomos percebendo, ao longo do processo de trabalho com o Quilombo Dom João, que este profissional tem um campo de atuação bastante específico e distinto: ele trabalha no entremeio da conjuntura externa e das dinâmicas internas dessa comunidade.

Dentro da nossa experiência com eles, percebemos que estávamos constantemente fazendo esta "ponte" entre estas duas conjunturas. Em relação, por exemplo, aos agentes externos, nós construímos um conhecimento sobre as problemáticas de Dom João e temos ferramentas para, por exemplo, questionar a poligonal delimitada pela SPU dentro do Termo de Autorização de Uso Sustentável; estimulá-los a reivindicar perante a Prefeitura a inclusão deles no Plano de Saneamento Básico de São Francisco do Conde; trabalhar, junto à comunidade, as questões construtivas e de uso e ocupação do solo, ocupando-o com menor degradação do meio ambiente, visto que ocupam uma área ambientalmente protegida, entre outros.

Todavia, nossa atuação em Dom João neste lugar do entremeio - estreitar as relações entre a conjuntura externa e as dinâmicas internas - ficou bastante marcada pela nossa presença na conjuntura interna: mais próximo aos moradores e a seus movimentos de ocupação e resistência.

Quando chegamos, sentimos o quanto as mobilizações internas destes moradores Quilombolas estavam fragilizadas diante de tantas investidas da Prefeitura e fazendeiros contra sua forma de ocupação deste território e contra a sua existência ali, como moradores que tiram o seu sustento do manguê da natureza. Fomos notando também, aos poucos, como eles estavam bastante desarticulados entre si: as importantes decisões focadas em alguns moradores (Zé do Guaiamum, Messias, Zé Preto, Mica, Sabino) e a Associação de Moradores centralizava ações e decisões nas mãos da presidente Sr.^a Joselita, que se sentia sobrecarregada.

Aos poucos, com aproximações e oficinas, ocupamo-nos em ir trazendo a conjuntura externa que, apesar da assinatura do TAUS, ainda é bastante fragilizada. Também realçamos a importância do coletivo, de trabalhar juntos, de que a luta pela terra ainda não acabou e de como o desinteresse deles, o descaso, tem graves resultados para a comunidade não só neste momento de luta, mas para efetivar a sua ocupação e garantir dignidade de moradia e de relações de vizinhança. Falamos também sobre espaço de gestão comum e fortalecimento interno da Associação.

A seguir serão apresentadas as propostas de cada membro da equipe e os desdobramentos que foram acontecendo durante o ano de atuação.

5.2. OS PROJETOS ESPECÍFICOS

As quatro propostas desta equipe para o trabalho com o Quilombo Dom João foram construídas conjuntamente durante este ano. Elas são complementares entre si e foram construídas a partir da prática de escuta das demandas da comunidade e do trabalho conjunto da equipe, buscando considerar este momento delicado de conflitos agrários e de luta pelos direitos de moradia e acesso à terra rural porque está passando o Quilombo Dom João.

Todas se complementam no sentido da garantia da permanência das famílias Quilombolas no seu território tradicional por meio da adoção de soluções sustentáveis de desenvolvimento e de convivência com o meio-ambiente. Elas procuraram afinar-se com a consolidação de uma ocupação ambientalmente sustentável, com respeito ao mangue e ao Rio Dom João, dando diretrizes para o crescimento e consolidação do território ocupado, com o fortalecimento da luta e dos processos internos de associativismo e de gestão comum.

São elas: propostas de soluções para o saneamento básico; a elaboração de um Acordo de Uso e Ocupação do Território; o Fortalecimento da Associação de Moradores e, por fim, a construção por mutirão da Sede da Associação dos Moradores do Quilombo Dom João.

A elaboração de um Acordo de Uso e Ocupação do Solo busca instrumentalizar a gestão comunitária do território do Quilombo Dom João, orientando futuras construções a partir de definições acordadas entre a comunidade, de forma a respeitar e preservar o meio ambiente e permitir a reprodução da forma de vida da comunidade.

A construção de uma Sede para a Associação procura afinar-se com o fortalecimento interno da comunidade neste processo de luta, trabalhando as relações internas entre os moradores. Ao mesmo tempo, busca discutir e adotar soluções e técnicas construtivas que, em diálogo com os saberes e costumes da comunidade, agreguem conforto e qualidade ambiental às novas construções.

O ciclo de formação com a Associação Quilombola de Dom João tem o objetivo de contribuir com a comunidade na luta pela permanência em seu território, bem como na conquista de direitos sociais historicamente negados ao Quilombo Dom João. Nesse sentido, o projeto objetiva promover a autonomia e empoderamento da comunidade Quilombola de Dom João, bem como da sua associação, de modo a que esta possa confeccionar seus próprios projetos para a melhoria da comunidade, buscar

financiamentos e angariar parceiros para promovê-los, fomentando também uma maior articulação de Dom João com outras comunidades Quilombolas do Estado da Bahia.

O trabalho sobre o esgoto sanitário, a água e resíduos sólidos (lixo) no Quilombo Dom João tem o objetivo de instrumentalizar a comunidade com propostas de melhorias sobre estes componentes do saneamento básico, focando principalmente no esgotamento sanitário. Dessa forma, ajuda a garantir uma melhor qualidade de vida dos moradores e um meio ambiente mais sustentável, assim contribuindo também na luta pela titulação do território.

5.3. DESDOBRAMENTOS

5.3.1. Mutirões para construção da Cobertura temporária

Trata-se da realização de dois mutirões para a construção de uma cobertura temporária para encontros, oficinas, reuniões, eleição da associação dos moradores, festas, e afins. Surgiu a partir de uma problematização em reunião sobre os encontros de interesse comum da comunidade que estavam acontecendo no terreno privado de Sr.^a Joselita e Zé do Ganhamum. Os mutirões aconteceram em julho de 2016

5.3.1.1. Mutirão 1

Após a oficina de pactuação do projetos visitamos o terreno proposto para construção da cobertura e combinamos com a comunidade que alguns homens ali presentes iriam se articular naquela semana para pegar as madeiras que seriam necessárias para a construção do nosso espaço. Por telefone soubemos que eles conseguiram as madeiras e estas já estavam em Dom João. Assim, marcamos nosso primeiro mutirão para a construção do espaço. Levamos roupas leves e alguns alimentos para ajudar no almoço. Esse primeiro dia de mutirão foi reservado, basicamente, para a limpeza do local - que estava com muito entulho e mato - e o assentamento da estrutura básica da cobertura.

Para a realização do almoço alguns problemas surgiram, pois algumas mulheres não se dispuseram a ajudar. No entanto, muitas doaram alimentos, e dessa forma conseguimos fazer um almoço para todas as pessoas que estavam no mutirão, almoço esse que foi feito cada parte por uma mulher diferente. Ao final do dia conseguimos adiantar bastante o trabalho para a construção da cobertura, o espaço estava limpo e as primeiras vigas já estavam assentadas, ficando a colocação das telhas para um segundo mutirão (Fotos 25 e 26).

Foto 26- Mutirão 1 da construção da cobertura.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 25- Equipe do mutirão 1 construção da cobertura.



Fonte: acervo pessoal.

5.3.1.2. Mutirão 2

O segundo mutirão surgiu de uma reunião marcada para conversar sobre os projetos a serem trabalhados e para organizar um novo mutirão para finalizar a cobertura, com base em questões levantadas pela equipe sobre o processo pelo qual tínhamos passado (Foto 27). Havia ainda a necessidade de realizar um teste do nível do lençol freático, para o projeto de saneamento básico.

Quando tinha aproximadamente dez pessoas, começamos a dialogar sobre os projetos que seriam desenvolvidos pela equipe no Quilombo Dom João, falamos o que seria cada um rapidamente. Em seguida, foi dito que como depois do primeiro mutirão foi um período de festas de São João e São Pedro, a comunidade não conseguiu se mobilizar para terminar o trabalho. Todos, então, chegaram à conclusão de que poderiam terminar a cobertura naquele mesmo dia, já que cinco homens presentes na reunião se dispuseram a trabalhar naquela hora, naquele dia.

Então, logo após um cafezinho fomos para o terreno continuar os trabalhos de construção. E aos poucos foram chegando mais homens, inclusive que não estavam presentes na reunião, para ajudar na construção. Ao todo foram aproximadamente 12 homens trabalhando (Foto 28). Nesse mesmo dia também foi feito o teste para verificar o nível do lençol freático, a técnica usada foi a de enterrar um vergalhão no terreno e retirá-lo para medir a altura que ficou molhado.

Durante o processo do mutirão, notou-se que algumas dificuldades e retrabalhos em campo poderiam ser sanados com um planejamento anterior. Mas apesar das discordâncias entre eles em canteiro, a estrutura da cobertura foi tomando forma. E ficou pronta naquele mesmo dia. A partir daí

todas as outras atividades propostas por nós e também atividades da Associação Quilombola de Dom João passaram acontecer nessa nova cobertura.

Foto 27- Reunião mutirão 2.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 28- Mutirão 2 construção da cobertura.



Fonte: acervo pessoal.

Até os mutirões, a equipe vinha trabalhando conjuntamente. Com a finalização da cobertura, deu-se início às oficinas específicas de cada projeto, montamos um cronograma dessas atividades finais no Quilombo. Apesar de a oficina ser direcionada somente para um projeto, nos dias de oficina sempre iam para o Quilombo o responsável pelo projeto e pelo menos mais uma pessoa da equipe para dar apoio. Afinal, como todos os projetos conversam entre si, esses momentos focados em um projeto não deixavam de ser construção e contribuição para os outros trabalhos.

5.3.2. Roda de mulheres e a plantação do Baobá

Nós percebemos, a partir dos mutirões realizados e atentos à frequência nas oficinas oferecidas, que a participação das mulheres nas nossas movimentações era cada vez menor. Para enfrentar essa questão, realizamos uma roda de mulheres a fim de tentar compreender a ausência delas, tentar rearranjar nossa atuação a fim de agregá-las na medida do possível, conversar um pouco sobre o feminino e deixar as questões aparecerem. Este encontro aconteceu num sábado à tarde, dia 11 de julho de 2016, pois era um dia e hora que seria possível para a maioria das mulheres participarem.

Neste momento explicamos um pouco sobre o que seria cada projeto proposto por nossa equipe. Perguntamos se estavam de acordo, se tinham ressalvas. E após isso fizemos uma dinâmica onde cada

uma falou “o que é ser mulher no Quilombo Dom João” e sua importância. Cada pessoa que falava ia passando um rolo de linha de lã, até formar uma trama final, com todas ligadas.

Ao final da roda de mulheres, plantamos uma muda de baobá vinda da África e cedida pela prof.^a Maria Suzana no espaço à frente da cobertura, próximo ao Campo de Futebol. O baobá é uma árvore sagrada para algumas religiões africanas, pode atingir até sete metros de diâmetro no tronco e é uma árvore que pode viver mais de mil anos. É comum acontecerem rituais em seus pés envolvendo principalmente contação de histórias. Os moradores apelidaram a muda de "obá-obá" (Fotos 29 a 34).

Foto 29- Roda de mulheres.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 30- Roda de mulheres.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 32- Muda do Baobá.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 31- Cobertura pronta para a Roda de mulheres.



Fonte: acervo pessoal.

5.3.3. O Edital Para A Chamada Pública Do Ministério Do Meio Ambiente

Em setembro de 2016, participamos enviando um Projeto para a "Chamada Pública para apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas" do Ministério do Meio Ambiente, com um projeto em nome da Associação dos Moradores do Quilombo Dom João, intitulado "Projeto de Saneamento e Gestão Territorial para o Quilombo Dom João". Segue uma breve explicação do projeto:

Este Projeto propõe o desenvolvimento de um Plano de Ocupação Ambiental e Gestão Sustentável do Território (META 1), realizado de forma participativa. Ele tem como objetivo principal instrumentalizar a comunidade para realizar uma gestão ambientalmente sustentável do território ocupado, consolidando a ocupação existente e organizando o seu crescimento, de forma a promover uma relação harmoniosa da comunidade com seu território. A construção deste plano configura-se também como uma estratégia para prover a nossa comunidade mais um instrumento de luta pelos direitos enquanto comunidade Quilombola.

Para promover a utilização sustentável dos recursos naturais, será realizada a construção coletiva de um Plano de Esgotamento Sanitário (META 2), indicando a destinação mais adequada para o esgoto doméstico do Quilombo Dom João, que atualmente é despejado diretamente no mangue e/ou no rio. Este projeto será baseado na própria realidade da comunidade, nas previsões propostas pelo plano de ocupação e nos encontros e trocas de experiências e tecnologias com os moradores.

Para a realização destas duas metas principais, é extremamente necessário fortalecer as organizações internas já existentes. Para tanto, a realização dos Planos de Ocupação e Gestão do Território e do Plano de Esgotamento Sanitário serão estruturados a partir do fortalecimento da Associação Quilombola de Dom João (META 3) e da ampliação do diálogo e da troca de experiências com outras comunidades Quilombolas do recôncavo baiano, como as comunidades do Vale do Iguape que compõe o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.

Nós fomos selecionados e classificados em sexto lugar, sendo que somente os três primeiros lugares foram contemplados financeiramente para a realização da proposta.

5.3.4. A Oficina no URBBA 2016

Ministramos durante o URBBA 2016, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, uma oficina intitulada "Metodologias colaborativas para o trabalho em comunidades tradicionais", na qual propusemos dinâmicas que foram já experimentadas durante nosso trabalho em Dom João, todavia adaptadas ao contexto de um dia e com outro público-alvo, os estudantes inscritos.

O objetivo da oficina foi promover uma reflexão/vivência inicial acerca do trabalho em comunidades tradicionais, por meio da reflexão sobre a especificidade deste trabalho, bem como pela prática de algumas metodologias colaborativas para o trabalho em tais comunidades. O desafio lançado é o de trabalharmos com ferramentas de trabalho participativas, que permitam que a construção de um diagnóstico de uma comunidade não seja meramente pautado pelo levantamento técnico de dados. O

objetivo é que tais ferramentas possam consolidar um conhecimento sobre uma determinada comunidade que seja, ao mesmo tempo, construído e compartilhado pelos seus membros.

Como metodologia, dividimos a oficina em três momentos. Primeiramente, discutir algumas especificidades que cercam o trabalho em comunidades tradicionais com o objetivo de debatermos o conceito de comunidades tradicionais e apresentar os vários segmentos que o compõem: indígenas, Quilombolas, fundos e fechos de pastos, povo de santo, etc. Ainda nesse momento, discutir também alguns conceitos centrais que cercam o trabalho em comunidades tradicionais, tais como: territorialidade, lugar, tradição, etnicidade, sustentabilidade, dentre outros. Na segunda parte da oficina, trabalhamos coletivamente a ferramenta do mapeamento coletivo e em seguida o diagnóstico participativo. Entendemos serem essas ferramentas duas importantes armas para a construção coletiva do conhecimento, que permitem o estudo de aspectos técnicos da comunidade que são, ao mesmo tempo, levantados pelos membros da comunidade e compartilhados com estes (Fotos 33 e 34).

Foto 34- Oficina no URBBA.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 33- Oficina no URBBA- momento diálogo.



Fonte: acervo pessoal.

5.3.5. Posse Da Nova Diretoria Da Associação Quilombola De Dom João

No dia 09 de setembro de 2016 tomou posse a nova diretoria da Associação Quilombola de Dom João, eleita para um mandato de dois anos, e tendo como Presidente Sr.^a Joselita Gonçalves (Joca) e Messias como vice. A posse foi um momento de grande celebração na comunidade, e alimentada pela esperança de que a partir de então a Associação possa se fortalecer e trazer grandes conquistas para a comunidade. A posse contou com a participação de Maria da Conceição, da CCP, que leu o Estatuto da Associação e discutiu a função de cada membro da nova diretoria. Ao final todos comeram o bolo feito especialmente para essa celebração (Foto 35).

Foto 35- Festa de posse da nova gestão da Associação.



Fonte: acervo pessoal.

6 PROJETO E CONSTRUÇÃO POR MUTIRÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO DOM JOÃO

6.1 INTRODUÇÃO: SOBRE O PROJETO-AÇÃO

Este eixo de trabalho tem como resultado final o projeto e construção por mutirão da Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João. Este projeto foi adquirindo forma ao longo do trabalho com a comunidade, a partir principalmente da investigação de uma prática que estamos chamando de projeto-ação.

Projetar significa pensar antes de agir, detalhar ao máximo possível o processo de trabalho e a forma final, antecipando sua conclusão. Projeto-ação se ocupa de pensar a sobreposição, a coexistência de ações: pensar, fazer, refletir, projetar, experimentar, indagar coletivamente sobre os primeiros resultados, fazer novamente, consultar especialistas. “Como poderia ser feito diferente para o próximo ter resultado mais interessante?”. “O que poderia dar continuidade ao que estamos pensando?”

Assim, esta metodologia, enquanto vai se afirmando enquanto metodologia, já está produzindo resultados.

Buscamos trabalhar aceitando o imprevisto e adotando o improviso. Como uma imersão no fazer e a crença reforçando-o, pois é nele mesmo que estão os próximos passos. É no caminho, não no mapa.

Este projeto de construção por mutirão foi criando densidade a partir de experimentações de forma de fazer, ações e atividades que foram acontecendo ao longo do processo coletivo, que envolve todos os eixos de trabalho, enquanto se pratica a escuta das demandas da comunidade e de seu potencial de trabalho.

Como resultado final deste processo, foi decidido, a partir de uma forte demanda dos próprios moradores, construir a Sede da Associação de Moradores. Um espaço de gestão comunitária, criado para fortalecer o encontro e o sentido do coletivo baseado na realização de mutirões para a construção e estruturação da Associação de Moradores que, como equipamento institucional dentro deste território, tem claramente muita importância para o fortalecimento de suas organizações e gestão interna.

6.2 A DEMANDA PELA CONSTRUÇÃO DA SEDE

A proposta de construção da Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João apareceu como demanda sugerida pelos próprios quilombolas logo na primeira oficina de construção coletiva de demandas, realizada no dia 22 de fevereiro de 2016 e reiterado e aprofundado na segunda oficina, dia 07 de março de 2016.

Os moradores apresentaram o desejo da construção da Sede, juntamente com o desejo da construção de uma Casa dos Pescadores. A Casa dos Pescadores seria construída tanto para abrigar os pescadores marisqueiros ou qualquer outra pessoa que venha de fora pernoitar em Dom João, assim como ser um espaço para armazenamento de material de pesca e mariscagem, para a manutenção das canoas e das redes, para a catação e limpeza dos mariscos, para a limpeza e o armazenamento refrigerado dos peixes, tendo também uma cozinha coletiva. Sua construção seria acompanhada de uma nova organização das formas de produção, evitando os atravessadores e vendendo a mercadoria dentro mesmo do território deles, não precisando também de maiores gastos com transporte.

Já a demanda para a Sede nos foi apresentada como urgente, os moradores tem consciência de quão importante é a estruturação física deste espaço de encontro e reunião, para organizar e alimentar o funcionamento da Associação dos Moradores, que ainda está carente da participação mais efetiva dos moradores da comunidade.

Naquele momento, alguns moradores do Quilombo já haviam iniciado construção da Sede em um terreno reservado para ela, na frete do Campo de Futebol. Conforme o levantamento realizado, foi construída uma fundação baldrame e quatro fileiras de tijolo baiano, bem como as armações para os pilares.



Foto36: Terreno onde se iniciaram as construções para a Sede da Associação.

Foto37: Terreno para a construção da Sede da Associação. Fonte: Acervo próprio

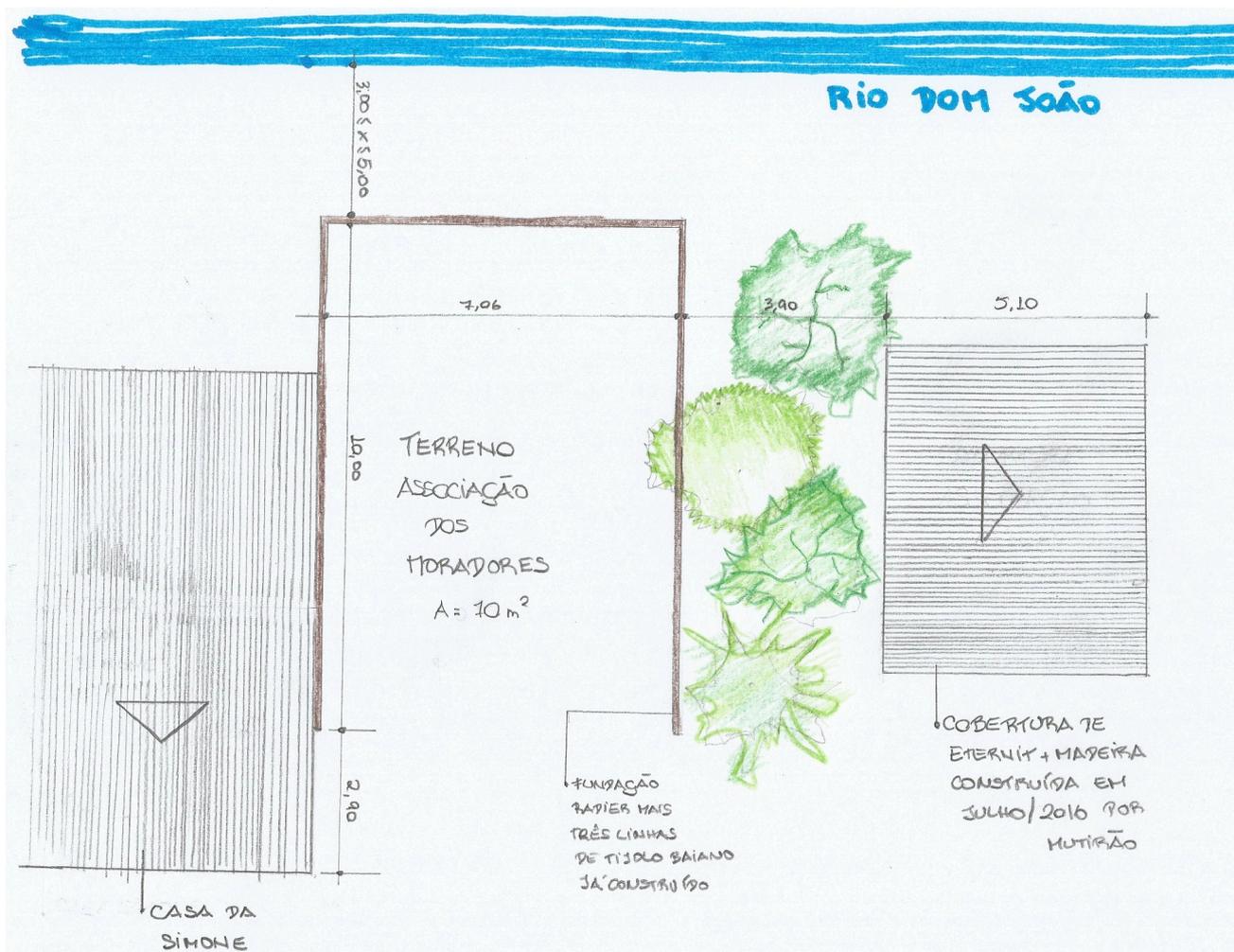


Foto 38: Levantamento do terreno

6.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECIFICOS

O objetivo geral deste eixo de trabalho é realizar um trabalho de assessoria técnica atuante na dinâmica interna desta comunidade quilombola em diálogo com a complexa conjuntura que os envolve, estimulando os processos coletivos a partir de uma atividade que eles já são familiarizados (ou seja, dando continuidade a um processo organizativo próprio deles). Desta maneira, reiterar seus direitos e deveres enquanto cidadão e, principalmente, enquanto cidadão quilombola visando o fortalecimento interno a partir da tomada de consciência e da importância da coletividade na luta.

Como objetivos específicos, podemos pontuar:

1. Maior implicação dos moradores de Dom João nos processos relativos à comunidade, apostando na Associação de Moradores como um importante instrumento de atuação e luta política e também de organização interna. Desta maneira, transformar gradualmente a forma de fazer centralizada na maior disponibilidade de, principalmente, uma pessoa atuante: Joselita, a presidenta.
2. Fortalecer institucionalmente a luta da comunidade em relação aos conflitos fundiários que estão passando, através da estruturação do espaço da Associação de Moradores como um espaço de reunião, oficinas, assembleias, eleições, festas, burocracias...
3. Conscientes de que o Termo de Autorização de Uso Sustentável, assinado com a Secretaria de Patrimônio da União, dá a eles a permissão do uso coletivo da terra que ocupam, temos como objetivo construir estes espaços de gestão comum - espaços da comunidade que deve ser construído e gerido pela própria comunidade - como prática de empoderamento e criação desta importante ferramenta de gestão: o comum.
4. Desenvolver e adotar soluções e técnicas construtivas que, em diálogo com os saberes e costumes da comunidade, a partir da disponibilidade de material e de mão-de-obra que agreguem conforto e qualidade ambiental às novas construções.
5. Desenvolver formas de realização de um canteiro de obras nos mutirões, a fim de trazer algumas questões técnicas que pode ajuda-lo nas próximas construções, respeitando seus materiais construtivos e sua forma de fazer.

6.4 A CONSTRUÇÃO DA COBERTURA TEMPORÁRIA

6.4.1. Perceber a demanda de um espaço para reuniões

Durante as oficinas, eram compartilhado conosco os últimos acontecimentos importantes na comunidade. Em um destes momentos, foi-nos contato um evento que estava ainda em bastante discussão e desconforto para eles, moradores. Em uma reunião da Associação com agentes externos ao Quilombo, que acontecia normalmente na casa de Joselita e Zé do Ganhamum (a presidenta da Associação e seu marido), apareceram para a reunião alguns moradores sem camisa. Zé do Ganhamum, incomodado, não permitiu a entrada destes moradores, em uma reunião de tal importância, vestidos desta maneira. Este caso foi um incômodo grande para eles, pois seus desdobramentos questionavam a posição de Joselita como presidenta.

No momento da partilha deste evento, fomos conversando e questionando com eles sobre os espaços de reunião, sobre as reuniões de interesse comum da comunidade acontecerem em um espaço que é privado, a residência de um ou outro morador. Para tanto seria necessário um lugar neutro. A Sede da Associação ainda está para ser construída e promete levar um tempo para arrecadação de material e finalização da construção. Neste contexto, ficou bastante clara a necessidade de uma cobertura temporária para reunião, assim como a grande disponibilidade deles para a sua construção.

Nesta mesma reunião, foi decidido construir a cobertura: uma cobertura com o caráter de neutralidade, um bem comum, ou seja, um lugar de todos da comunidade.

Eles já tinham uma pequena quantidade de telhas de fibrocimento, reservadas para a construção da Sede da Associação, que poderia ser utilizado. Para o madeiramento, eles marcaram entre eles um dia específico para ir extrair madeiras, limpar e trazer para o espaço.

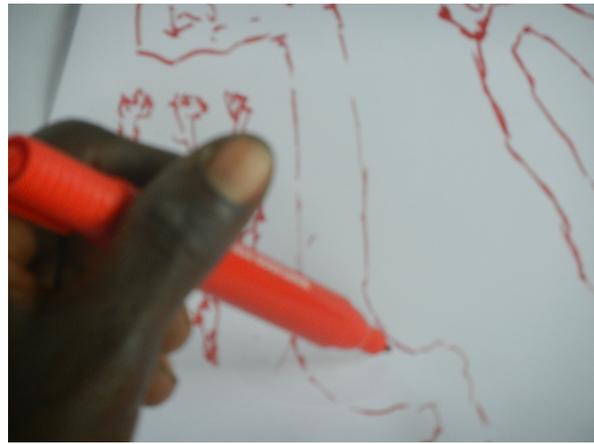


Foto 39: Imagem da oficina de mapeamento. Fonte: Acervo próprio

Foto 40: Imagem da oficina de mapeamento. Fonte: acervo próprio

6.4.2. O processo de mutirão para a construção da cobertura temporária

Fomos percebendo que os moradores do Quilombo tem grande familiaridade e disponibilidade para a construção civil, tanto de taipa de mão, com cobertura de palha, como construção com bloco cerâmico e coberturas de telha de fibrocimento (solução que dão preferência, no momento atual).

Para a construção da cobertura, se disponibilizaram a princípio quatro moradores. Durante os dois dias de mutirão, a quantidade de auxiliares de construção, tanto moradores quanto amigos da comunidade, foi crescendo. No primeiro dia, nós, os profissionais de assessoria, ainda participamos ativamente nas decisões e realizações. Contexto que foi bastante diferente no segundo dia de mutirão, a quantidade de auxiliares aumentou tanto que nós não tínhamos mais muito espaço para trocas. De três homens que iniciaram o processo, na hora do almoço estavam aproximadamente 14 trabalhadores envolvidos no processo.

Nesta situação, passamos a observá-los. Haviam muitas vozes partindo de moradores que tem maior familiaridade com a construção civil e muitas opiniões divergentes sobre o processo e como fazer. Em um certo momento faltou material e eles desconstruíram uma cobertura já pronta para pegar as madeiras, e queimaram as palhas que estavam cobrindo.

O momento da construção reúne facilmente os moradores e amigos em torno deste objeto comum. Observamos também a ausência da participação das mulheres nos processos construtivos. Talvez, a hora do almoço é um momento compartilhado e que pode ter o envolvimento das mulheres. Deste momento surgiu claramente para nós a necessidade de se ter uma roda de mulheres do Quilombo Dom João.



Foto 41: Foto da grade de palha, feita pelos moradores. Fonte: acervo próprio



Foto 42: Foto do primeiro mutirão. Fonte: acervo próprio.

6.4.3. Desdobramentos: apropriações e conversas sobre o processo e eventos.

Depois da experiência do mutirão, tivemos uma conversa com eles sobre o processo, na qual algumas questões foram apontadas: pensar a quantidade de material a ser utilizada antes, pois em algum momento faltou madeira para a cobertura e teve que ser providenciada de última hora; muitas pessoas trabalhando ao mesmo tempo em coisas que menos pessoas dariam conta e muita discussão sobre o processo durante a construção (que poderiam ter sido resolvido antes, ou então tendo um responsável que desse a palavra final), resultando em alguns bate-boca que podem ser evitados.

Depois de finalizada a cobertura, algumas coisas mudaram. Quando chegamos para a próxima reunião, alguns trabalhadores descansavam debaixo dele e muitas crianças pescavam naquele novo acesso ao Rio Dom João. Nas próximas reuniões marcadas, não mais precisávamos chamar os moradores de casa em casa, mas alguns já esperavam por nós neste espaço, que já estava arrumado e com cadeiras. Com o tempo iam chegando os participantes.

Houveram também dias em que carros e motos estavam estacionados debaixo desta possibilidade de sombra. Logo, alguns moradores mais implicados nos processos do comum, construíram uma cerca de palha em torno do espaço, evitando assim a utilização como estacionamento e dando maior privacidade e conforto. A cobertura estava viva e se transformava a cada momento.

Nós também deixávamos vestígios neste espaço, fizemos um painel e agendávamos reuniões, informativos, posters do nosso trabalho. Nele também iam acontecendo festas (dia dos pais), eleição

para a nova presidência, comemorações. A roda de mulheres aconteceu neste lugar, assim como a reunião para o edital e todas as nossas oficinas desde então.



Foto 43: Foto do painel com lembretes. Fonte: acervo próprio.



Foto 44: Foto da cobertura enquanto acontecia a Roda de Mulheres. Fonte: acervo próprio

6.5 O PROJETO DA SEDE

6.5.1 O programa e partidos de projeto

O Programa da Associação de Moradores foi decidido em reunião: dois banheiros, um escritório, e uma grande sala para reunião geral.

O projeto foi pensado a partir de algumas decisões de projeto:

- relação com a praça a frente (atualmente chamado por eles de Campo de Futebol) através de um grande acesso principal;
- os banheiros serão externos e conectado com a futura Casa dos Pescadores, sendo um pensado para deficientes;
- o escritório voltados para o Rio Dom João com uma janela aberta para o rio;
- possibilidade de ampliação do espaço de reunião quando da abertura deste portão principal;
- acesso alternativo voltado para o terreno onde está a cobertura hoje e para os banheiros externos, que mais tarde será a Casa dos Pescadores;
- uma copa e uma saída para o píer, reafirmando a relação com o Rio Dom João;

- buscar alternativas para trabalhar com o tijolo cerâmico de modo a garantir ventilação e iluminação para a sala principal de reuniões;
- aproveitar ao máximo o material disponibilizado pela Bahia Pesca;
- usar técnicas construtivas que eles já conhecem e utilizam: alvenaria de bloco cerâmico, fundação baldrame, pilares de concreto armado e cobertura de telha Eternit.

6.5.2 Disponibilidade de material

A taipa de mão é uma técnica que agrada muito os arquitetos bioconstrutores ou arquitetos que estão conectados com a tradição quilombola de construir nessa região. Os moradores, desde as primeiras conversas, deixaram claro o seu desejo de não construir mais com taipa de mão, gostariam de construir somente com bloco cerâmico.

Com o tempo, fomos descobrindo que eles aplicam essa técnica com algumas falhas técnicas, pois a parede fica muito fina e mal acabada, esquentando demais as casas, com risco de elas caírem um uma noite de tempestade forte (há depoimentos de que se ouvem ruídos antes do barraco cair, já estão familiarizados). Ademais, a polícia, no momento de desapropriação, tem muito mais facilidade de destruir uma casa de taipa do que de bloco. E por último, o forte receio da presença do inseto barbeiro (o “maldito”, apelido dado por eles), que, segundo relatos, já transmitiu a doença de chagas para um morador da comunidade.

Enfim, a construção por bloco cerâmico está sendo adotada com mais frequência dentro da comunidade, a maioria das novas casas são de bloco cerâmico e existe esse desejo geral de manter essa técnica construtiva, com cobertura ou de telha cerâmica ou telha fibrocimento. O desejo deste trabalho é de respeitar os processos organizativos e a disponibilidade de material, sendo assim, escolhido trabalhar com bloco cerâmico e telha Eternit.

O material para a construção da Associação dos Moradores foi fornecido pela Bahia Pesca, consiste em: 32 varas de ferro, 3.000 blocos cerâmicos, duas portas, duas janelas, pia para lavar roupa, dois conjuntos de banheiro, 18m² de piso interno e 7m² de piso externo, 8 linhas de madeira, 60 telhas grandes, 30 sacos de cimento e 3 metros de brita, arenoso e areia.

6.5.3 Desenhos e detalhes

Os desenhos estão nas próximas páginas, de acordo com a seguinte informação:

DESENHO 1: Planta-baixa

DESENHO 2: Corte AA

DESENHO 3: Corte BB

DESENHO 4: Vista frontal

DESENHO 5: Vista lateral

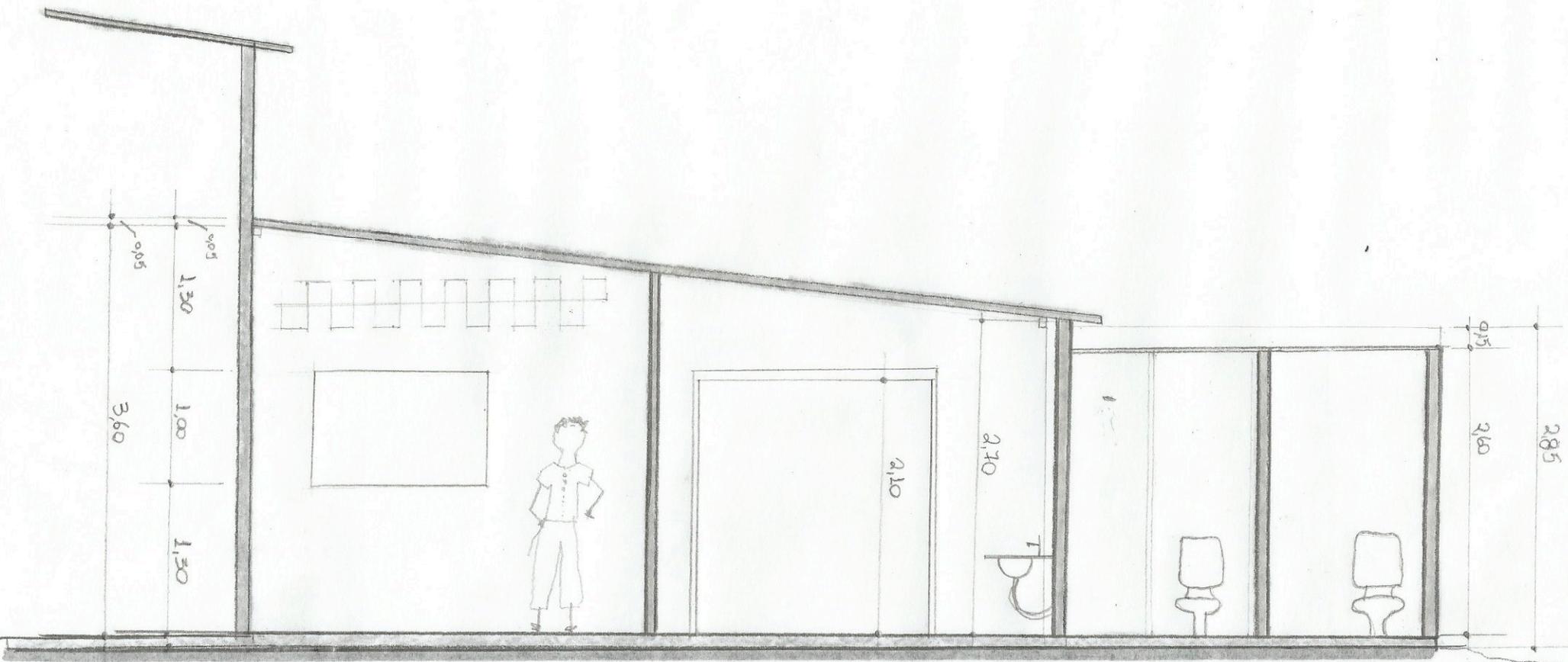
DESENHO 6: Vista lateral (escala 1/100)

DESENHO 7: Vista pelo Rio

DESENHO 8: Esquema dos acessos e 3D da porta basculante

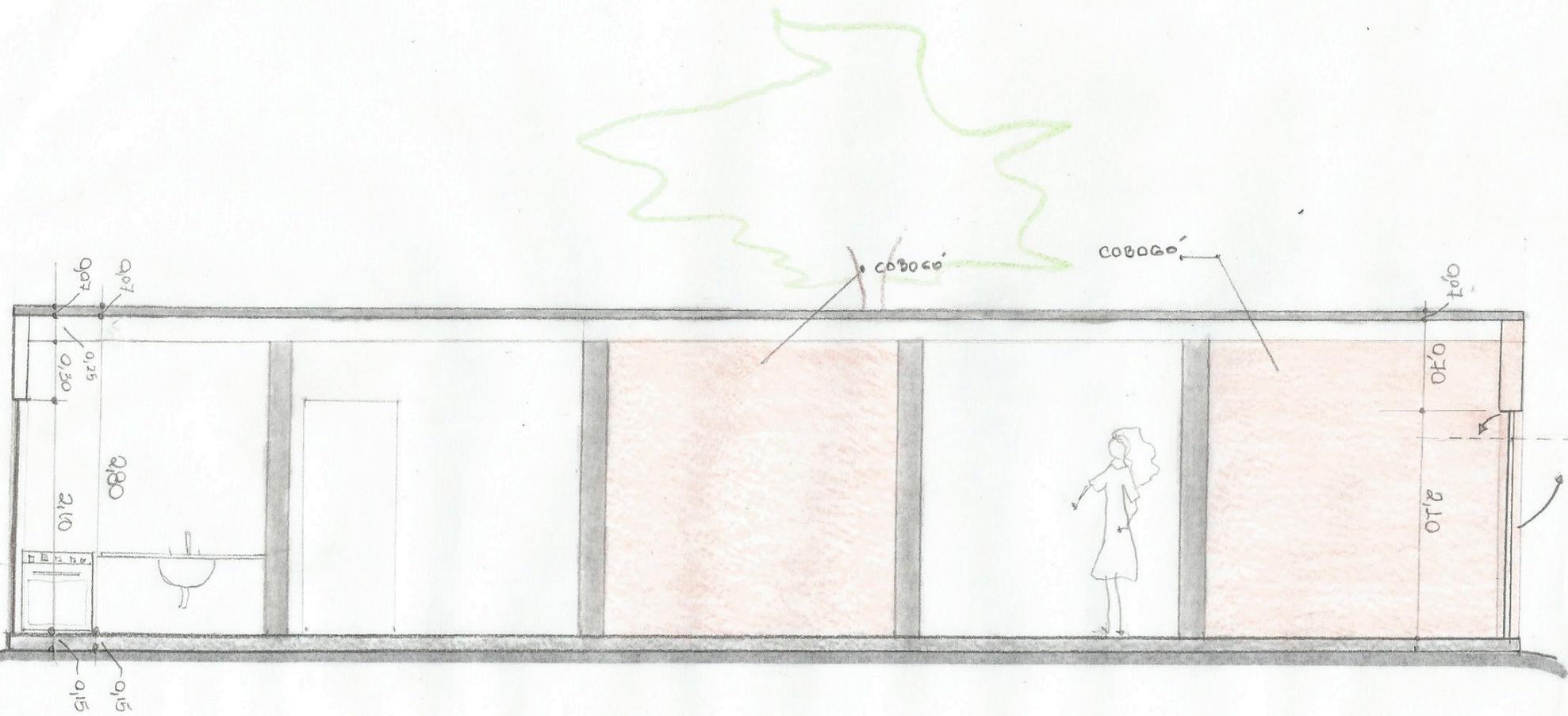
DESENHO 9: Esquema da ventilação e referencia do cobogó

DESENHO 10: Esquema da iluminação e investigações para o cobogó



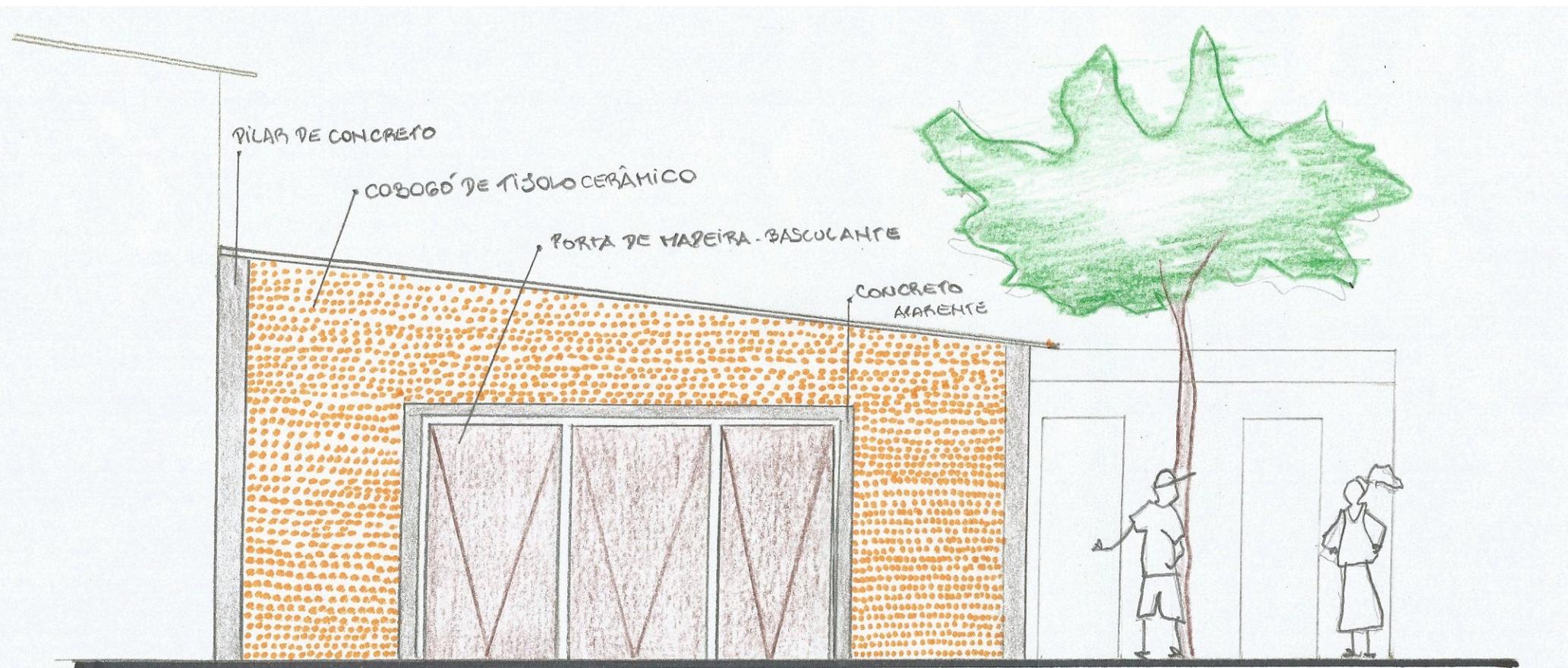
. **corte AA** . esc. 1/50

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



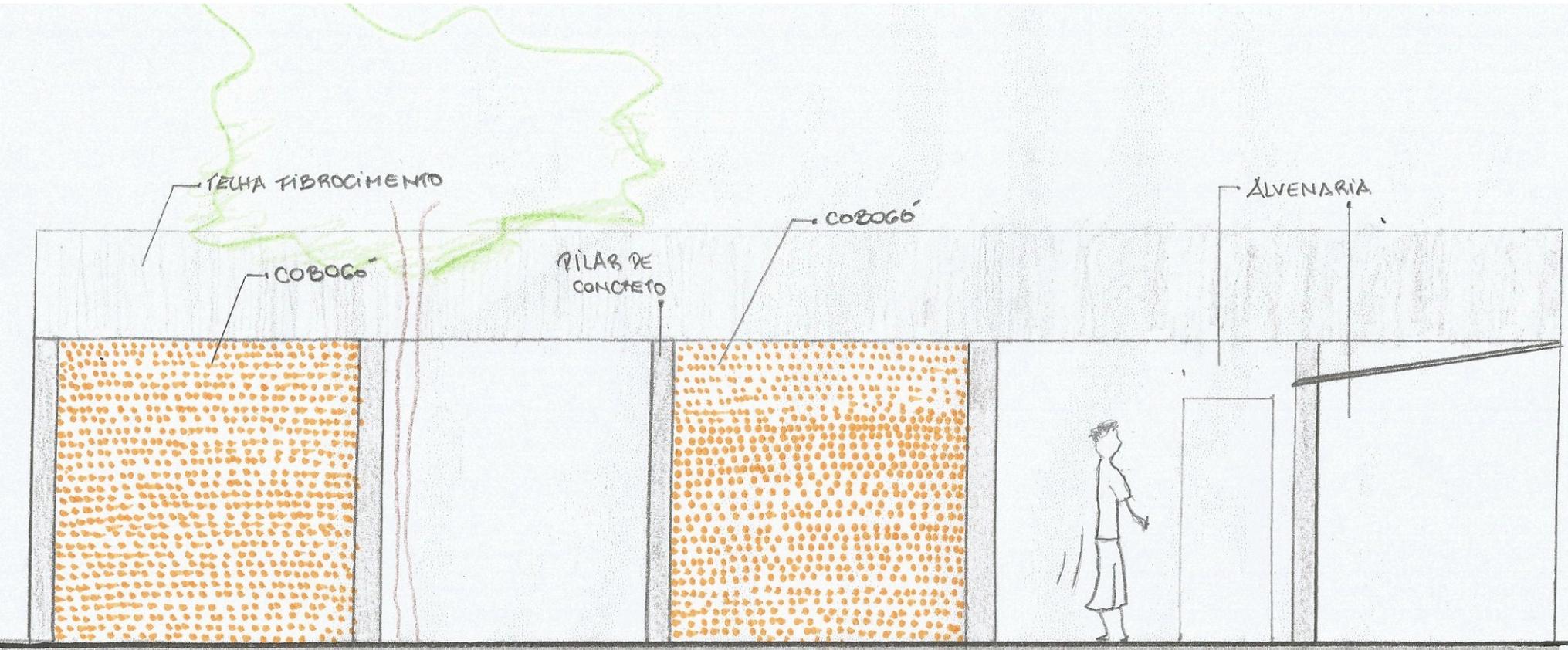
. **corte BB** . esc. 1/50

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



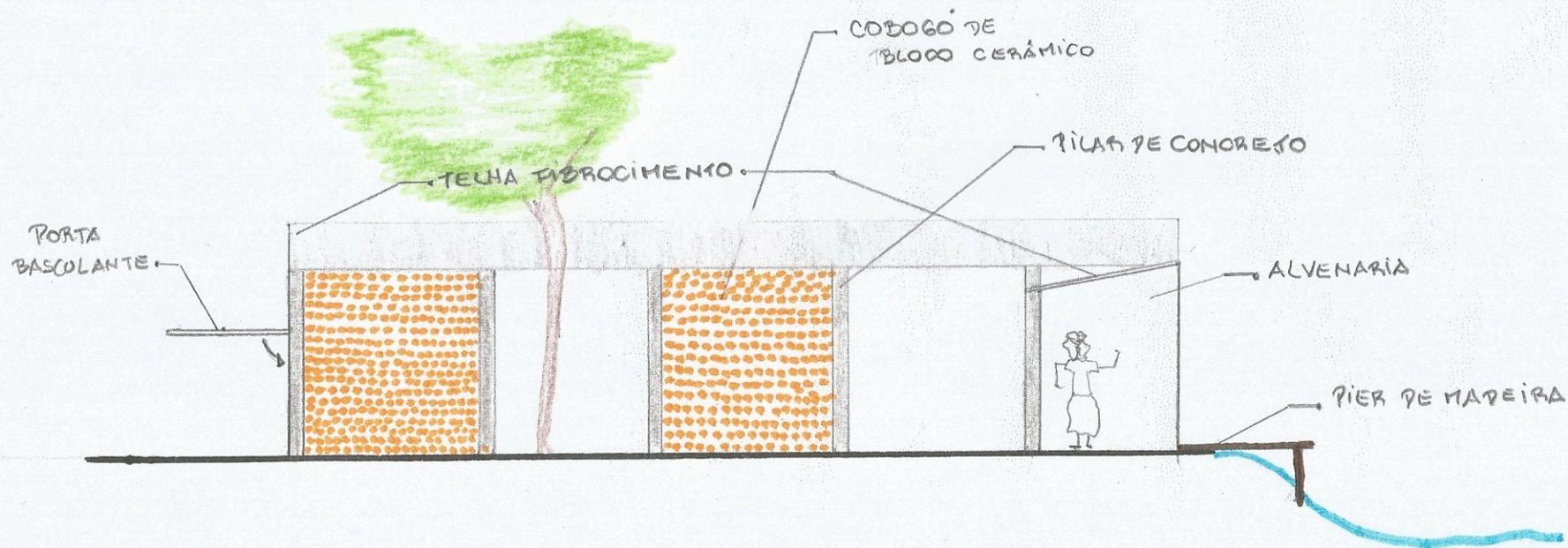
. **vista frontal** . esc. 1/50

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



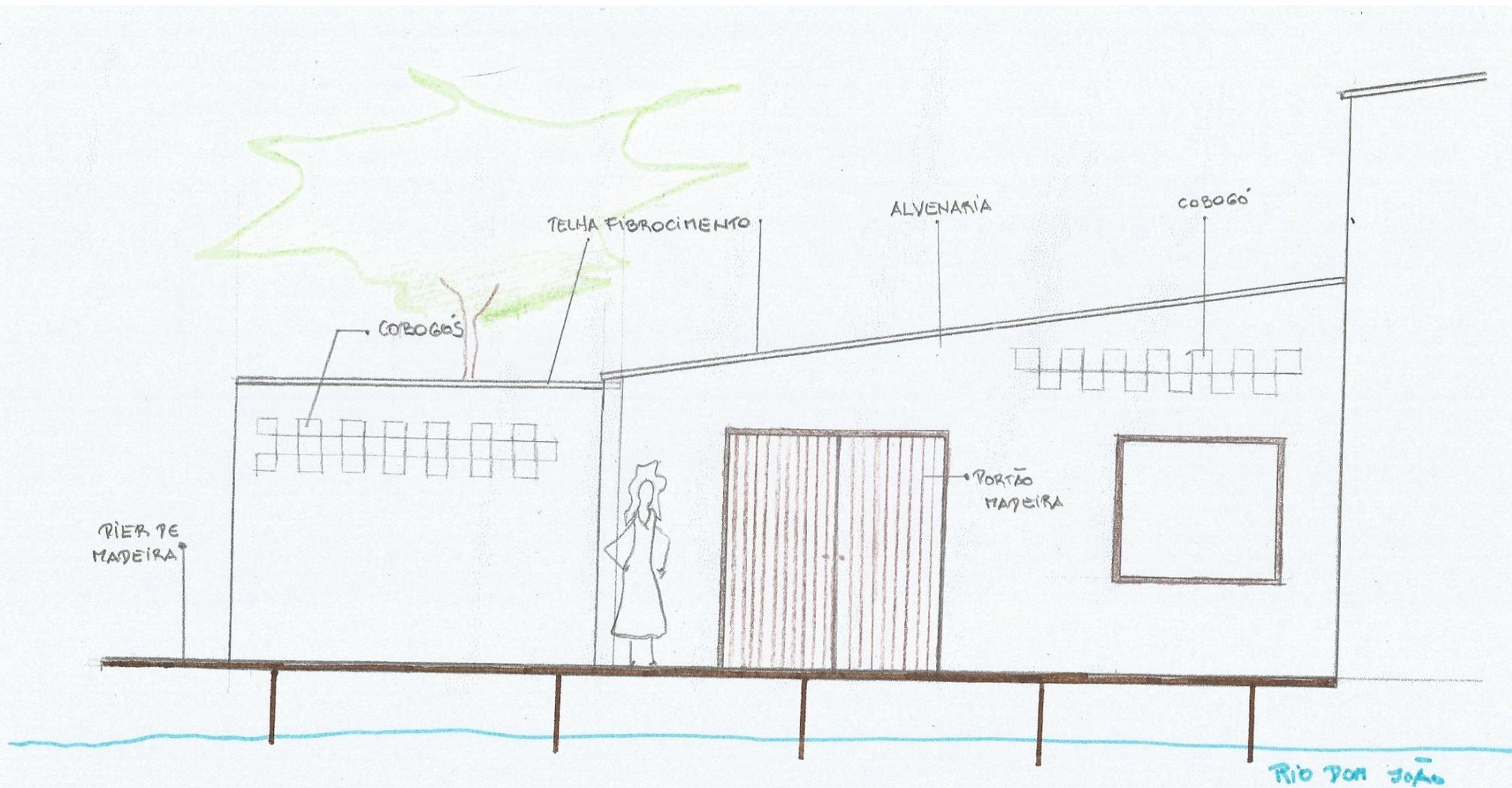
. **vista lateral** . esc. 1/50

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



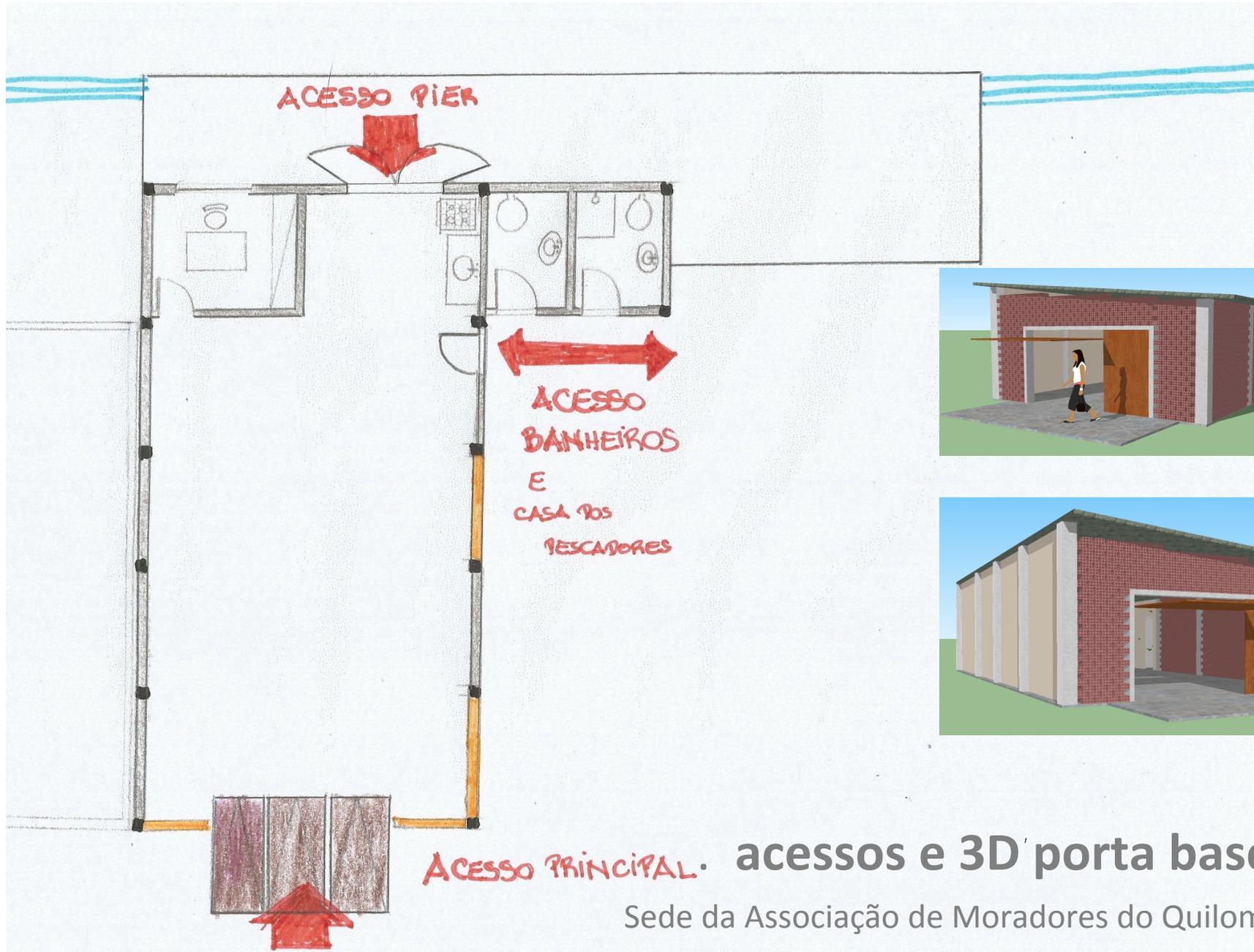
. **vista lateral** . esc. 1/100

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



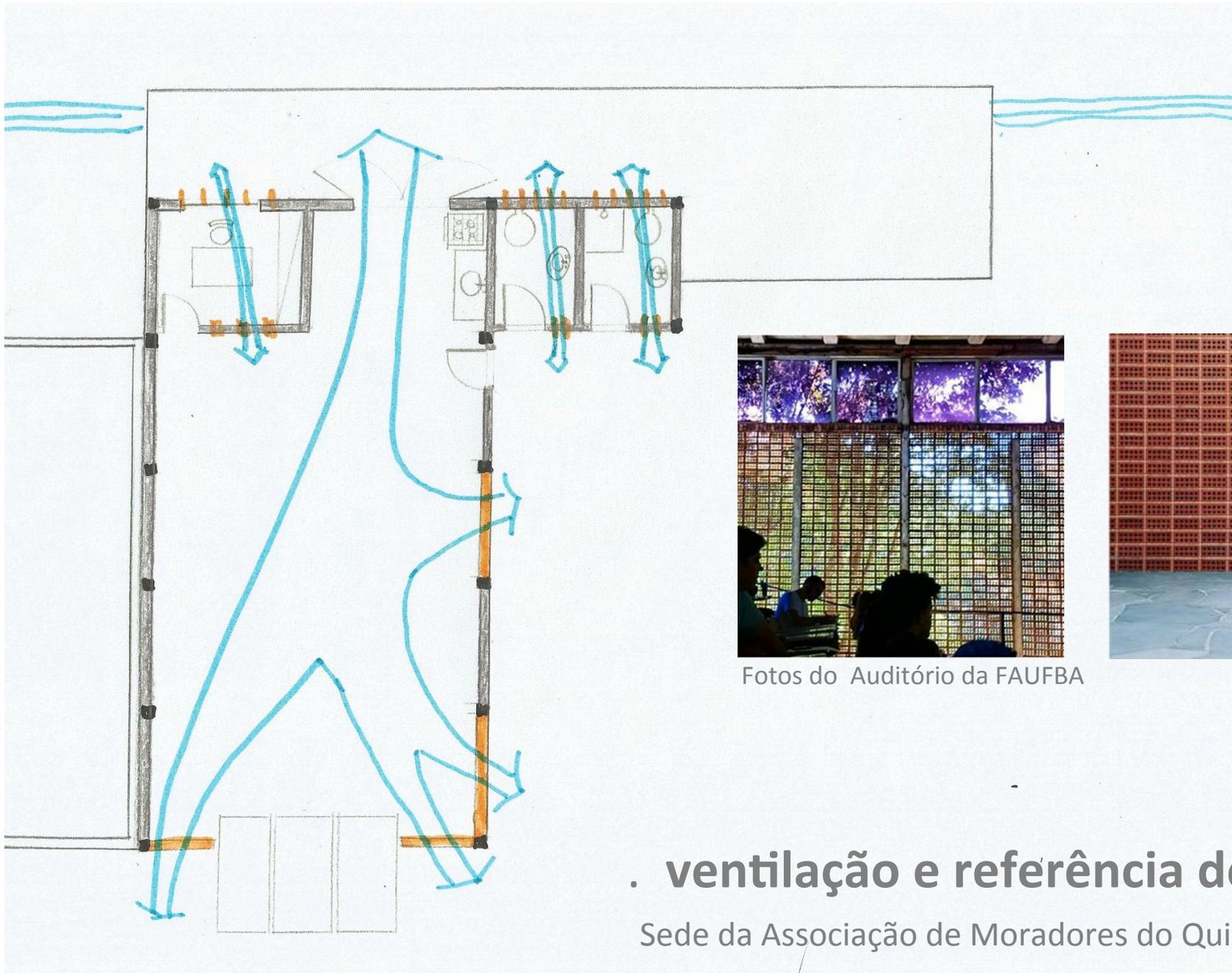
. vista pelo rio . esc. 1/50

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



ACESSO PRINCIPAL. acessos e 3D porta basculante .

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João

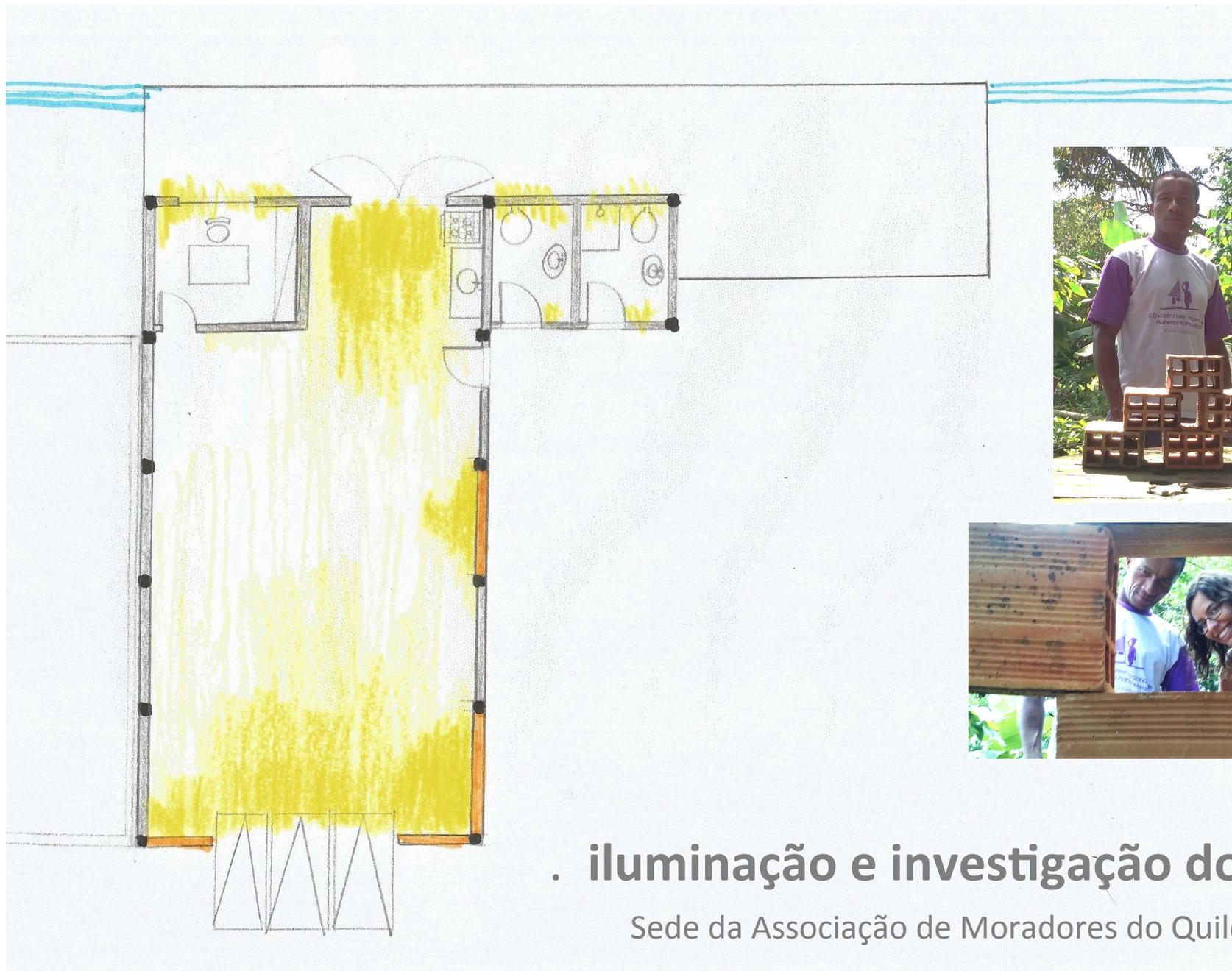


Fotos do Auditório da FAUFBA



. **ventilação e referência de cobogó** .

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João



. iluminação e investigação do cobogó .

Sede da Associação de Moradores do Quilombo Dom João

BIBLIOGRAFIA

AATR. Contestação Processo nº 41968-48.2014.4.01.3300. 27 de março de 2015.

AMORIM, Liane Alves de. Memórias e trajetórias de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia (1909-1969). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2008, 147f.

BAHIA. **Constituição Estadual de 1989.** Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BAHIA. **Decreto nº 11.850, de 23 de novembro de 2009.** Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 24 de novembro de 2009.

BAHIA. **Lei nº 12.910, de 11 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, outubro de 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Constituição: República Federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República, Brasília, 2003.

FERNANDES, Edesio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Orgs.). O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil : a commentary. São Paulo: Ministério das Cidades / Aliança das Cidades, 2010, 120 p.

GEOGRAFAR. Relatório Preliminar Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João. São Francisco do Conde (BA). Março de 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social : região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires : CLACSO, 2009.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 4)

LITTLE Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, 322. Brasília, 2002

SANSONE, Lívio. Desigualdades duráveis, relações raciais e modernidades no Recôncavo: o caso de São Francisco do Conde. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 234-251, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SPINK, Mary Jane; MINCOFF Menegon, Vera; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico- metodológicas e aplicações ético políticas. Revista Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 1, 2014, p. 32-43

ANEXO 1 – DADOS ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

1. Área, comunidade e termo de cooperação

1.1. Nome do bairro e localidade

O Quilombo Dom João está localizado na região rural do município de São Francisco do Conde, Bahia.

1.2. Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica

- **AATR-** Associação Dos Advogados de Trabalhadores Rurais No Estado da Bahia/ CNPJ: 13.572.672/0001-13
- **CPP-** Comissão Pastoral da Pesca/ CNPJ: 12.859.864/0001-42
- **MPP-** Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

1.3. Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)

Nome: Associação Quilombola de Dom João

Endereço: Rua do Porto, nº 01, São Francisco do Conde- BA/ CEP: 43.900-00

Telefone: (71) 9.96138961 - (71) 9.81525156 - (71) 9.82336693

Email: quilombodomjoao@gmail.com

CNPJ: 22.189.748/0001-17

1.4. Nome e função do representante legal, cópia da identidade

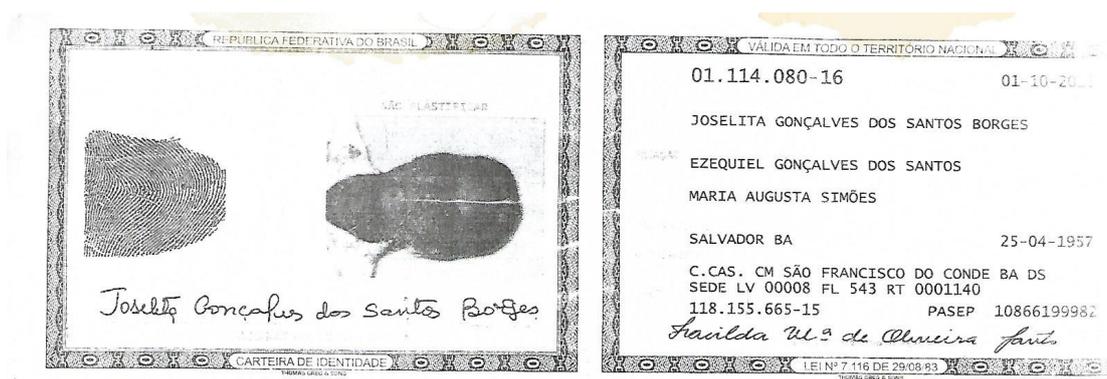
Nome: Joselita Gonçalves Dos Santos Borges.

Cargo: Presidente da Associação Quilombola de Dom João.

Telefone: (71) 98653-3236 / (71) 99657-6690

CPF : 118.155.665-15

RG : 1114080-16



1.5 Principais lideranças para contato

- Manoel Messias de Araújo (vice-presidente)- Tel: (71) 99640-8773
- Moises Lima de Araujo (Conselho Fiscal)- Tel: (71) 99736-1042

1.6 Ata de indicação

- **Ata da Assembleia geral \para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação Quilombola Porto Dom João.**

- **Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às 09h40min, em Dom João, município de São Francisco do Conde, estado da Bahia, estando presentes os abaixo assinados, iniciaram-se os atos necessários para a abertura da Assembleia Geral para eleição da diretoria executiva e conselho fiscal da associação Quilombola de Dom João, para mandato de 2016 -2018. A assembleia geral foi moderada pela Presidente da Associação Quilombola de Dom João Joselita Gonçalves dos Santos e pela representante do Conselho Pastoral da Pesca, Maria da Conceição Pereira. Inicialmente as moderadoras esclareceram baseadas no Estatuto da Associação, sobre o período de vigência da diretoria executiva, informando que a antiga diretoria encerra seu prazo neste ano e, portanto, requer faça-se novo processo eleitoral. Após o momento de esclarecimento foi lida a pauta, constando: a) Apreciação do relatório de atividades da gestão 2013/2016, b) Eleição da Diretoria Executiva, e Conselho Fiscal em cumprimento ao disposto no Estatuto da Associação. No primeiro ponto a presidente da Associação apresentou todas as atividades que foram realizadas no período da gestão iniciada no ano de 2013, lembrando que antes mesmo da fundação da Associação já havia organização na comunidade. A partir desta organização, a comunidade articulou-se com órgãos governamentais e não governamentais para estarem como parceiros no reconhecimento da territorialidade de Dom João. Estes órgãos foram: Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, Instituto de Reforma Agrária, Secretaria do Patrimônio da união, Promotoria (Vilma Reis), Instituto Geografar, Conselho Pastoral Dos Pescadores, Fundação Cultural Palmares (Dora), Ministério Público (Sheila Brasileiro). Estas parcerias foram de grande importância, pois mudaram a vida dos moradores da comunidade, apresentando possibilidades de enfrentamento, e também como forma de amenizar os conflitos na comunidade, através das denúncias feitas a estes órgãos. Após a fundação da Associação, a Comunidade de Dom João passou a ser representada em articulações da sociedade civil em vários Estados brasileiros inclusive em Brasília. Houve representante da Associação nas incidências junto aos ministérios públicos estaduais e federais; no Congresso Nacional, participando de manifestações para assegurar direitos da comunidade de Dom João e em solidariedade a outras comunidades com questões similares, visando reconhecimento da territorialidade Quilombola de direitos dos pescadores enquanto categoria profissional. Fortalecida deu apoio também à comunidade vizinha, do Monte Recôncavo,**

quando passou por momentos difíceis. Houve a conquista do barco pelo consórcio Manati, a construção da casa de pesca dos pescadores da comunidade doo Monte Recôncavo. A incidência jurídica junto com a AARTR e Conselho Pastoral dos Pescadores para contrapor ao prefeito de São Francisco do Conde que acusa a comunidade de agredir o meio ambiente. As reuniões na comunidade. O fortalecimento comunitário. A oficina sobre o Termo de Uso Sustentável do Solo (TAUS). Comemoração na entrega do TAUS. Participação no seminário sobre o plantio desordenado do eucalipto no recôncavo, participação no seminário sobre saúde das pescadoras em Remanso, a nível Estadual. Participação da organização do seminário sobre saúde das pescadoras no recôncavo, participação na articulação quilombola do recôncavo, participação do Congresso dos pescadores em Juazeiro. Participação na ocupação do Ministério da Pesca em Salvador. Participação das manifestações em Brasília para manutenção dos direitos trabalhistas conquistados pelos pescadores artesanais e pelos territórios quilombolas, a nível Nacional. O Início da construção da sede da associação. Após a apreciação do relatório das atividades houve esclarecimento sobre o procedimento da eleição, que seria com chapa única e que as pessoas tinham a opção de votar na chapa apresentada ou votar em branco. Apresentaram-se os nomes que compunham a chapa e as funções de cada cargo. Após este momento iniciou-se o processo de eleição, aonde havia uma lista que cada votante deveria assinar e depois depositar a cédula na urna. O processo de votação encerrou-se às 16h00min, momento em que a urna foi aberta, sendo eleita a diretoria executiva e conselho fiscal da associação Quilombola de Dom João com o número de cinquenta votos, para o mandato 2016-2018, esclarecendo que os cargos a serem preenchidos presidente, o vice-presidente, secretário, tesoureiro, diretor social e ambiental e conselho fiscal. Após a eleição ficou assim definida a composição para o mandato de 2016 a 2018: diretoria executiva presidente – Joselita Gonsalves dos Santos; vice-presidente; Manoel Messias de Araújo; tesoureiro; Jair Conceição; secretário Silvani Fernandes, diretor social e ambiental Nilton de Souza Pereira; Conselho Fiscal Maria Estelita, Georgina dos Santos de Lima, Moises Lima de Araujo.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO